

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS
ESCOLA NORMAL SUPERIOR
CURSO DE PEDAGOGIA
THAIS NOGUEIRA DE JESUS TEIXEIRA

**A CONTRIBUIÇÃO DA AVALIAÇÃO NO DESENVOLVIMENTO E NA
APRENDIZAGEM DA CRIANÇA DE EDUCAÇÃO INFANTIL**

MANAUS – AM
2018

THAIS NOGUEIRA DE JESUS TEIXEIRA

**A CONTRIBUIÇÃO DA AVALIAÇÃO NO DESENVOLVIMENTO E NA
APRENDIZAGEM DA CRIANÇA DE EDUCAÇÃO INFANTIL**

Monografia apresentada como requisito para a Conclusão do Curso de Licenciatura em Pedagogia pela Universidade do Estado do Amazonas, elaborado sob a orientação da professora Dra. Meire Terezinha Silva Botelho de Oliveira.

MANAUS – AM
2018

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Sistema Integrado de Bibliotecas da Universidade do Estado do Amazonas.

T266c	<p>Teixeira, Thais Nogueira de Jesus A contribuição da avaliação no desenvolvimento e na aprendizagem da criança de Educação Infantil / Thais Nogueira de Jesus Teixeira. Manaus : [s.n], 2018. 72 f.: il.; 30 cm.</p> <p>TCC - Graduação em Pedagogia - Licenciatura - Universidade do Estado do Amazonas, Manaus, 2018. Inclui bibliografia Orientador: Meire Terezinha Silva Botelho de Oliveira</p> <p>1. Avaliação. 2. Desenvolvimento. 3. Aprendizagem. 4. Educação Infantil. I. Meire Terezinha Silva Botelho de Oliveira (Orient.). II. Universidade do Estado do Amazonas. III. A contribuição da avaliação no desenvolvimento e na aprendizagem da criança de Educação Infantil</p>
-------	---

THAIS NOGUEIRA DE JESUS TEIXEIRA

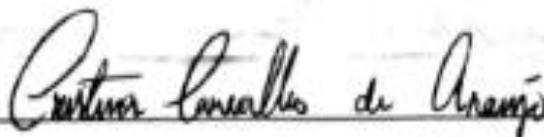
Monografia apresentada como requisito final para a conclusão do Curso de Licenciatura em Pedagogia pela Universidade do Estado do Amazonas.

DATA DA APROVAÇÃO: 03/12/2018.

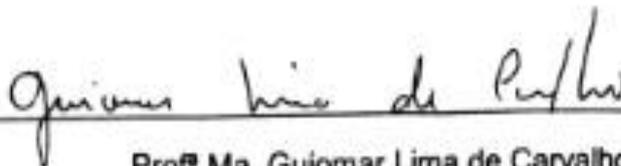
BANCA EXAMINADORA



Prof.^ª Dra. Meire Terezinha Silva Botelho de Oliveira (Orientadora)
Universidade do Estado do Amazonas (UEA)



Prof.^ª Ma. Cristina Carvalho de Araújo
Universidade do Estado do Amazonas (UEA)



Prof.^ª Ma. Guiomar Lima de Carvalho
Universidade do Estado do Amazonas (UEA)

Dedico este trabalho a Deus, pela sabedoria e força que a mim foi dada. Aos meus pais, por todo o apoio, incentivo, paciência e por me guiarem no caminho de Deus, aos meus irmãos que sempre me ajudaram nas minhas dificuldades.

AGRADECIMENTOS

A Deus, primeiramente, pelas graças alcançadas ao longo da minha vida acadêmica, pelo discernimento, sabedoria e conforto nas dificuldades.

À minha família, em especial aos meus pais, que sempre me ensinaram a caminhar colocando Deus à frente dos meus planos e pedir sempre que a Virgem Maria intercedesse por mim. Agradeço a eles e aos meus irmãos por todo o apoio, incentivo, compreensão, conselhos e paciência nos momentos difíceis, e por estarem sempre ao meu lado torcendo e acreditando no meu melhor.

À Julie Anne, pela amizade, pelos conselhos, e pela iluminação com suas palavras de conforto e por acreditar sempre no meu melhor, me incentivando e compartilhando de todos os momentos.

Aos meus amigos de sala, que levarei para a vida, Ana Gaia, Athila Reis e Sâmee Siqueira, que estiveram comigo ao longo da jornada acadêmica como dupla, trio e grupo, auxiliando, apoiando, dando palavras de conforto, vencendo os obstáculos, tanto acadêmicos como pessoais que surgiram, e sempre incentivando a seguir em frente. À Ray Ely, pela parceria na construção desta monografia, e por todo o auxílio oferecido. À Iane Soares, pelo companheirismo nas horas mais difíceis, pelas longas conversas que nos ajudavam e pelo apoio nesta caminhada.

À Prof.^a Dra. Meire Terezinha Silva Botelho de Oliveira, em especial, minha orientadora, por toda a dedicação e paciência que teve comigo e por todo o conhecimento compartilhado para a construção desta monografia.

Aos professores da Universidade, que foram essenciais para a minha formação profissional por compartilharem de seus conhecimentos, em especial as professoras Neyllane Pimenta e Maria Edeluza, por me auxiliarem no estágio, sendo esta uma etapa importante para a minha formação.

À Universidade do Estado do Amazonas, que se tornou uma casa, e contribuiu para minha formação acadêmica, e pelas experiências que a mim foram proporcionadas, como a do Programa de Bolsas à Iniciação à Docência – PIBID.

Aos membros da Banca Examinadora, pelo tempo em que foi dedicado para leitura desta monografia e pelas contribuições a respeito do tema.

A avaliação é uma forma de tomar consciência sobre o significado da ação na construção do desejo que lhe deu origem.

(LUCKESI, 2005, p. 166)

RESUMO

Esta pesquisa tem por objetivo central compreender como a avaliação pode colaborar para o desenvolvimento integral e a aprendizagem na Educação Infantil, considerando a subjetividade de cada criança. Desse modo, buscou-se especificamente reconhecer a importância da avaliação na Educação Infantil; identificar a avaliação como auxiliar no processo de aprendizagem e desenvolvimento da criança de Educação Infantil; avaliar o papel do professor no processo de avaliação e ressaltar os registros e a prática de avaliação na Educação Infantil e de cada etapa do desenvolvimento da criança. A metodologia utilizada na pesquisa foi a Fenomenológica, recorrendo-se também a uma abordagem qualitativa. Os instrumentos de coleta de dados foram a observação participante e a entrevista semiestruturada, além dos registros do caderno de campo utilizado nas atividades dos Estágios Supervisionados. Utilizou-se de entrevista semiestruturada com três professores de cada modalidade da Educação Infantil e com três pais. A pesquisa foi realizada na Zona Centro Sul da cidade de Manaus – Am, em uma Escola da Rede Municipal. Como resultado das interpretações identificou-se como a avaliação pode colaborar para o desenvolvimento e aprendizagem da criança se for levada em conta a subjetividade de cada uma delas, além de considerar a observação crítica e criativa das atividades, das brincadeiras e de como as crianças as constroem nas suas interações no cotidiano da sala de aula. Recomenda-se que, como apontam os documentos, a avaliação na Educação Infantil esteja voltada para o acompanhamento e registro do desenvolvimento das crianças, de modo a desvelar seu grau de aprendizagem, onde cabe ao professor acompanhar esse processo. A pesquisa pretende contribuir com a reflexão a respeito do tema, nos cursos de Licenciatura em Pedagogia e no âmbito das Escolas de Educação Infantil, visando compreender a avaliação como meio de potencializar a ação da criança e fortalecer sua autoestima, construindo assim, uma representação positiva de si mesma e que contribua efetivamente no processo de desenvolvimento e aprendizagem da criança.

Palavras-chave: Avaliação; Desenvolvimento; Aprendizagem; Educação Infantil.

ABSTRACT

This research has as main objective to understand how the evaluation can collaborate for the integral development and the learning in the Pre-School, considering the subjectivity of each child. This, we specifically sought to recognize the importance of evaluation in pre-school; to identify evaluation as an aid to the learning process and development of children in pre-school; to evaluate the teacher's role in the evaluation process and to highlight the records and evaluation practice in pre-school and at each stage of the child's development. The methodology used in the research was phenomenological, also using a qualitative approach. The instruments of data collection were a observing participation and the semistructured interview, alongside with the records of the field notebook used in the activities of the supervised internship. We used a semi-structured interview with three teachers from each modality of pre-school and with three parents. The research was carried out in the Central South Zone of the city of Manaus - Am, in a School of the Municipal Network. As a result of the interpretations, it has been identified that the evaluation can collaborate for the development and learning of the child if the subjectivity of each of them is taken together, besides considering the critical and creative observation of the activities, of the games and of how the children construct them in their interactions in the everyday life of the classroom. It is recommended that, as the documents point out, evaluation in pre-school is focused on monitoring and recording the development of children, in order to reveal their degree of learning, where it is up to the teacher to follow this process. The research intends to contribute with the reflection about the subject, in the courses of Degree in Pedagogy and in the ambit of the pre-schools, aiming at understanding the evaluation as a means of enhancing the child's action and strengthening their self-esteem, thus constructing a positive representation of itself and that contributes positively in the process of development and learning of the child.

Key Words: Evaluation; Development; Learning. Pre-School.

LISTA DE SIGLAS

BNCC – Base Nacional Comum Curricular

CMEI – Centro Municipal de Educação Infantil

DCNEI – Diretrizes Curriculares para a Educação Infantil

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

PESC – Programa de Ensino Sistematizado de Ciências

PNE – Plano Nacional de Educação

PPP – Projeto Político Pedagógico

RCNEI – Referencial Curricular da Educação Infantil

SEMED – Secretaria Municipal de Educação

ZDP – Zona de Desenvolvimento Proximal

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 ASPECTOS TEÓRICOS: EDUCAÇÃO INFANTIL E PROCESSO AVALIATIVO	13
1.1 O Contexto Histórico do Processo Avaliativo	13
1.2 A Educação Infantil e a Legislação de Ensino.....	19
1.3 A Prática do(a) Professor(a) de Educação Infantil	22
1.3.1 O Currículo da Educação Infantil.....	25
1.3.2 Instrumentos de Avaliação na Educação Infantil	28
2 PERCURSOS METODOLÓGICOS	31
2.1 A Natureza da Pesquisa.....	31
2.2 O Método.....	32
2.3 O Lócus da Pesquisa	33
2.3.1 Os Sujeitos da Pesquisa	35
2.4 As técnicas de pesquisa.....	35
2.4.1 Observação Participante	36
2.4.2 Entrevista Semiestruturada	36
2.4.3 Caderno de Campo	38
2.5 Reflexões sobre a Coleta de Dados.....	38
3 A CONTRIBUIÇÃO DA AVALIAÇÃO NA APRENDIZAGEM DOS ALUNOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL	40
3.1 Identificar a a avaliação no processo de aprendizagem e de desenvolvimento da criança na Educação Infantil.....	43
3.2 A relação família e escola no Processo de Avaliação na Educação Infantil	52
3.3 Avaliação na Educação Infantil: Velhas Práticas ou Novos Caminhos?.....	54
CONSIDERAÇÕES CONCLUSIVAS	61
REFERÊNCIAS	63
ANEXO A	66
ANEXO B	69

INTRODUÇÃO

A necessidade de pesquisar sobre o tema da avaliação na Educação Infantil consiste em compreender a sua contribuição para o desenvolvimento e a aprendizagem da criança. Desde modo, esta pesquisa constitui uma proposta na observação de campo em um Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI), tendo em vista que a Educação Infantil é a primeira etapa da vida da criança e tem como principal objetivo o seu desenvolvimento integral. É na escola que o processo de avaliação descreve como a criança tem se desenvolvido dentro da sala de aula, por isso é relevante que se leve em consideração desde Creches e Pré-escolas, a subjetividade de cada criança, avaliando de forma reflexiva, acompanhando, observando e registrando o progresso de cada uma delas.

Considerando a experiência nos Estágios Supervisionados e em nossa prática profissional como Professora Auxiliar, despertou-nos o desejo de compreender melhor como a avaliação pode colaborar para o desenvolvimento e a aprendizagem da criança na Educação Infantil, considerando não o coletivo da sala de aula, mas a partir das observações, dos registros e dos relatos adquiridos nas reuniões de pais e mestres, a sua subjetividade. Para tanto, buscou-se especificamente reconhecer a importância da avaliação na Educação Infantil; identificar a avaliação como auxiliar no processo de aprendizagem e desenvolvimento da criança de Educação Infantil; avaliar o papel do(a) professor(a) no processo de avaliação e ressaltar os registros e a prática de avaliação na Educação Infantil e em cada etapa do desenvolvimento da criança.

Adotamos como método de investigação a fenomenologia, que busca interpretar os fenômenos para além da descrição, mas acentua a experiência do sujeito em relação ao fenômeno estudado, compreendendo assim o saber como algo inacabado. De natureza qualitativa, a pesquisa procura estabelecer o significado do fenômeno a partir da realidade social.

Inicialmente, no primeiro capítulo, a pesquisa à luz dos teóricos buscou compreender o contexto histórico do processo avaliativo, a Educação Infantil e sua legislação de ensino, assim como a prática do(a) professor(a) de Educação Infantil, considerando o currículo e os instrumentos de avaliação.

Em seguida, no segundo capítulo, descrevemos os percursos metodológicos, tais como: a natureza da pesquisa, o método, o lócus e os sujeitos da pesquisa, as técnicas de observação participante, a entrevista semiestruturada e o caderno de campo, finalizando com as reflexões pessoais sobre a coleta de dados.

No terceiro momento, a partir da coleta de dados, geraram-se as categorias de análise, objetivando refletir acerca da contribuição da avaliação no processo de desenvolvimento e aprendizagem das crianças de Educação Infantil, compreendendo também a importância da relação família e escola no processo avaliativo e, para finalizar o capítulo, apresentamos algumas considerações acerca da avaliação na Educação Infantil indagando-nos e levando à reflexão se estamos vivenciando velhas práticas ou novos caminhos?

Esta pesquisa tem como base o apoio à luz das teorias de autores quee discorrem sobre a temática da avaliação como Hoffmann (2003; 2005), Libâneo (2013) e Luckesi (2005; 2011).

Esperamos que este trabalho contribua para despertar o desejo de aprofundar novos conhecimentos sobre a temática a quem tiver acesso a esta produção científica, como despertou em nós a necessidade de formação continuada para continuarmos investigando a prática avaliativa da Educação Infantil.

1 ASPECTOS TEÓRICOS: EDUCAÇÃO INFANTIL E PROCESSO AVALIATIVO

1.1 O Contexto Histórico do Processo Avaliativo

Para discorrer sobre a contribuição da avaliação na aprendizagem da criança de Educação Infantil, faz-se necessário compreender o contexto histórico do processo de avaliação no decorrer dos tempos, onde a avaliação vem sendo utilizada, tanto de maneira formal quanto de maneira informal, ocorrendo desde então muitas mudanças no contexto geral do termo “avaliação”, até os dias atuais.

Inicialmente, a ideia que se tinha sobre a avaliação era a de medida em que selecionava-se e classifica-se os sujeitos, de forma mais crítica, e isto surgiu nos tempos bíblicos através de Ebel com o relato de Kuo sobre a presença de exames em 2.205 a.C. Nessa época, segundo Depresbiteris (1989) apud. Ebel e Darim (1950), o grande imperador chinês Shun examinava seus oficiais a cada três anos visando promovê-los ou demiti-los.

No século XIX, nos Estados Unidos, foi criado por Horace Mann, pioneiros na área, um sistema de testagem, com a finalidade de melhorar os padrões educativos. Os primeiros testes objetivos foram desenvolvidos por J. M. Rice, para uso em pesquisas de alcance escolar, tornando possível o estabelecimento de programas de exames estaduais e regionais. E no ano de 1931, a Docimologia, ciência do estudo sistemático dos exames passou a ter lugar de destaque, abrindo discussões sobre o papel do exame como fator eliminatório e classificatório do aluno.

No início do século XX, surgem ainda nos Estados Unidos, os testes educacionais por Robert Thorndike, com o objetivo de mensurar as mudanças de comportamento dos alunos e dá-se início a avaliação da aprendizagem como medida do rendimento escolar, e originam-se também os testes padronizados.

Segundo Tyler (1949, p.7 apud DEPRESBITERIS 1989),

... a inclusão de uma variedade de procedimentos avaliativos, tais como: testes, escalas de altitude, inventários, questionários, fichas de registro de comportamento e outras formas de coletar evidências sobre o rendimento dos alunos em uma perspectiva longitudinal, com relação à consecução de objetivos curriculares.

Assim, Deprebisteris defende, além do uso dos testes, a inclusão de variedades de outros procedimentos para se avaliar o rendimento de aprendizagem, desmitificando assim a ideia da avaliação como mensuração, que surgiu por volta dos anos 50, com os também escritos de Ralph Tyler, que contrapõe a mesma ideia.

Para Tyler, o processo avaliativo consistia em determinar objetivos educacionais e avaliação implica julgar o comportamento dos alunos, acrescentando que a avaliação não deve acontecer com apenas um julgamento, mas com que busque outros meios para identificar às mudanças ocorridas nos comportamentos, assim, a avaliação de Tyler ficou conhecida no ano de 1934 por “avaliação por objetivos”, que tem como princípio formular objetivos e verificar se estes foram cumpridos.

Neste enfoque segundo Hoffmann (2003, p. 33 apud. TYLER, 1949, p. 106):

... a avaliação é o processo destinado a verificar o grau em que mudanças comportamentais estão ocorrendo. [...] A avaliação deve julgar o comportamento dos alunos, pois o que se pretende em educação é justamente modificar tais comportamentos.

O enfoque de Tyler não deixava de lado a avaliação com o uso de testes, mas acrescentava que existiam outros métodos de se avaliar a aprendizagem dos alunos. Resume, então, o processo avaliativo à observação de mudanças objetivadas e definidas pelo(a) professor(a) para se garantir a aprendizagem do aluno, aprendizagem esta que é entendida como mudança de comportamento.

Há quem pense, segundo Hoffmann (2003, p. 34 apud. Saul, 1988, p. 52) que essa proposta de avaliação de Tyler, que constitui o “superego” de professores e administradores que, mal ou bem a utilizam, pois observa-se uma avaliação que compreende no início do processo, objetivos definidos por professores(as) para que os alunos possam alcançar.

Posterior aos estudos de Tyler, Mager (apud. DEPRESBITERIS 1977) amplia as ideias da avaliação, resumindo-as ao ato de comparar uma medida com um padrão e de emitir um julgamento sobre essa comparação. Assim, tinha como objetivo a descrição e definição dos padrões nas quais os comportamentos dos alunos devessem alcançar ou ultrapassar, de acordo com o nível desejado.

Enriquecendo o conceito de avaliação, Cronbach em meados de 1963, vincula as atividades de avaliação ao processo de tomada de decisões, e indica três objetivos que segundo Vianna (1982) são:

1. determinar se os métodos de ensino e o material instrucional utilizado no desenvolvimento de um programa são realmente eficientes;
2. identificar as necessidades dos alunos para possibilitar o planejamento da instrução; julgar o mérito dos estudantes para fins de seleção e agrupamento; fazer com que os estudantes conheçam seu progresso e suas deficiências; e
3. julgar a eficiência do sistema de ensino e dos professores etc.

A autora cita Bloom (1963) para dizer que a ideia é a avaliação enfatizar a aprendizagem pelo domínio, sendo necessária uma educação contínua, onde o indivíduo seja assegurado de experiências de aprendizagens:

...o grande desafio da aprendizagem para o domínio é encontrar meios de reduzir o tempo requerido pelos estudantes mais lentos, de modo que a tarefa se torne menos longa e cansativa. Para isso, ele defende a ideia de que é necessário utilizar estratégias de instrução muito diferentes para atingir o domínio, pois elas são tentativas de aperfeiçoar a qualidade da instrução em relação a cada habilidade do indivíduo. (p.10)

Assim, para Bloom, os estudantes são capazes de aprender em seu próprio ritmo, desde que isso seja respeitado e que haja meios de ajudar cada estudante no seu processo de ensino e aprendizagem, buscando evidências que mostrem as mudanças ocorridas nos alunos. Para isso, Bloom e seus colaboradores criaram uma taxionomia de objetivos educacionais para o domínio de operações intelectuais, afetivas e psicomotoras.

Por volta das décadas de 60 e 70, a avaliação foi ampliando suas percepções e foram desenvolvidos novos conceitos, surgindo modelos de avaliação de currículos e programas.

Para Deprebisteris (1989), no modelo de Stake, a avaliação é caracterizada como avaliação responsiva que se orienta às atividades de programa educacional através de investigação formal por bases científicas, objetivas e precisas.

Para este autor, a avaliação tem como modo determinar o valor ou mérito com base no levantamento sistemático de algo que está sendo avaliado dando ênfase ao aspecto comparativo. Este teórico discorre ainda sobre a Avaliação Formativa e Somativa:

A avaliação formativa consiste no fornecimento de informações a serem utilizadas na melhoria de um programa em suas partes ou em seu todo. A avaliação somativa consiste no fornecimento de informações sobre o valor final de um programa instrucional (Depresbiteris, 1989, p. 21).

Scriven (apud. DEPRESBITERIS 1989, p.23) propõe outra ideia de avaliação ao concluir que a avaliação é importante, mas não reflete tudo, sendo necessário identificar os efeitos secundários. Sendo assim, a ênfase agora se dá com a qualidade como fonte principal de avaliação.

De acordo com Depresbiteris (1989), Stufflebeam define a avaliação como um processo de delinear, obter e fornecer informações úteis dando ênfase ao julgamento e às tomadas de decisões que sejam capazes de atender a amplitude das exigências da avaliação.

No Brasil, por volta dos séculos XVI e XVII, segundo Luckesi (1995) foram sistematizados os exames escolares tendo como base a pedagogia jesuítica, que enfatizava a memorização dando importância à retórica, à redação, à leitura dos clássicos e à arte cênica.

A avaliação por influência vinda dos Estados Unidos sempre foi realizada com o objetivo de classificar e selecionar, e ao decorrer dos tempos outras ideias e outros estudiosos contribuíram para os estudos, e a partir da década de 80 começam-se as tentativas de romper essa avaliação classificatória, com a abordagem da avaliação emancipatória de Saul.

A avaliação emancipatória de Saul (1995) apresentava dois caminhos, um com objetivo de transformação a partir do autoconhecimento crítico da realidade, sendo assim o ponto de partida do processo avaliativo. O outro caminho acredita que através dessa consciência crítica, o homem surja como capaz de participação e de construção na sociedade em que vive, tendo sua autonomia. Assim, a avaliação de Saul busca a emancipação, a decisão democrática e crítica e a participação na construção da sociedade.

Outros estudiosos como Hoffmann, Depresbiteris, Luckesi, Vasconcelos contribuíram para que houvesse uma preocupação com a avaliação e que pudessem refletir uma avaliação para além da classificação, mas que garantisse uma aprendizagem significativa.

Atualmente, a avaliação da aprendizagem consolida-se pela lei nº 9394/96 das Diretrizes e Bases da Educação, no art. 24, inciso V, referindo-se a verificação do rendimento escolar aos seguintes critérios:

- a) avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais;
- b) possibilidade de aceleração de estudos para alunos com atraso escolar;
- c) possibilidade de avanço nos cursos e nas séries mediante verificação do aprendizado;
- d) aproveitamento de estudos concluídos com êxito;
- e) obrigatoriedade de estudos de recuperação, de preferência paralelos ao período letivo, para os casos de baixo rendimento escolar, a serem disciplinados pelas instituições de ensino em seus regimentos;

Assim, recomenda-se legalmente que a avaliação da aprendizagem seja um processo permanente de desenvolvimento integral do educando durante todo processo de ensino e aprendizagem, compreendendo os avanços, dificuldades e possibilidades.

Diante desses pressupostos, a avaliação não pode estar atrelada apenas a um objetivo, mas deve se desvelar como uma prática construtivista e libertadora, em que o(a) professor(a) compreenda o aluno em sua subjetividade e em sua totalidade.

Segundo Hoffmann (2003), a avaliação precisa ser entendida como:

... reflexão transformada em ação. Ação, essa, que nos impulsiona a novas reflexões. Reflexão permanente do educador sobre sua realidade, e acompanhamento de todos os passos do educando na sua trajetória de construção do conhecimento. (p. 17)

Assim, a avaliação nesta perspectiva de construção do conhecimento deve proporcionar confiança nas possibilidades dos alunos como sujeitos de seu próprio desenvolvimento, de construírem suas manifestações, seus interesses, suas ideias, de forma que caiba ao(a) professor(a) proporcionar meios que garantem aos alunos a alcançarem os objetivos, respeitando sempre as possibilidades de cada um no seu processo de conhecimento.

Libâneo (2013) diz que a avaliação é uma tarefa complexa que não se resume à realização de provas e atribuição de notas, mas proporciona dados que devem ser submetidos a uma apreciação qualitativa. Desse modo, a avaliação cumpre funções pedagógico-didáticas, de diagnóstico e de controle em relação às quais se recorre a instrumentos de verificação do rendimento escolar.

A avaliação no espaço escolar é permeada de exigências burocráticas do sistema que exige do(a) professor(a) avaliar quantitativamente os resultados da aprendizagem dos alunos, que são obtidos através da aplicação de provas. O conteúdo geralmente é memorizado pelo aluno, o que o deixa de desenvolver sua aprendizagem que é fundamental em seu processo de formação e que não contribui para a construção do conhecimento do aluno.

Há necessidade de analisar as contradições que dizem respeito à avaliação e que ultrapassam os muros da escola, pois segundo Hoffmann (2003), as relações de poder que se travam diante dessa prática são reflexos de uma sociedade liberal e capitalista, que tem como objetivo mascarar o descaso com a educação em todos os níveis. Acrescenta ainda, a urgência de considerar a efetiva relação professor(a) e aluno no processo de avaliação, em benefício da educação no país, para que se contraponha a um conceito de avaliação que classifique e rotule as crianças.

Para Luckesi (2005), a atual prática da avaliação escolar estipulou como função do ato de avaliar a classificação e não o diagnóstico, como deveria ser constitutivamente. Desse modo, a avaliação passa a ter função de classificar algo a partir de um padrão determinado, ou seja, como inferior, médio ou superior. Essa prática classificatória não auxilia o avanço e crescimento do aluno, é preciso que a avaliação exerça uma função diagnóstica.

Assim, a avaliação será um instrumento de transformação para auxiliar o avanço e o crescimento do aluno, suas dificuldades, oportunizando meios de aprendizagem, por isso é importante compreender os diferentes tipos de avaliação que orientam no aprendizado, que podem ser no que diz respeito à Educação Infantil, segundo Oliveira (PROFORMAR, 2007)

Formativa: é o uso de avaliação sistemática durante a elaboração do programa de ensino e de aprendizagem. À medida que a avaliação formativa se processa durante o estágio de formação, deve haver todo o empenho para utilizá-la e aprimorá-la;

Diagnóstica: consiste na localização adequada do educando no início do processo ensino-aprendizagem visa, por meio do diagnóstico do aluno, determinar o ponto de partida mais adequado para o início do processo;

Somativa: consiste em classificar os alunos ao final de uma unidade, semestre ou ano letivo, segundo o nível de aproveitamento apresentado. (p. 80).

Com a descrição desses aspectos teóricos relacionados à história do processo avaliativo, dos conceitos de alguns teóricos sobre a avaliação, e dos tipos

de avaliação pensada para a Educação Infantil, discorreremos agora sobre esta etapa de Ensino e a Legislação a ela pertinente, para compreender o funcionamento e as leis que amparam esta modalidade de ensino.

1.2 A Educação Infantil e a Legislação de Ensino

De acordo com a Lei 9.394 do ano de 1996 no Art. 29, a Educação Infantil é a primeira etapa da educação básica, é primordial e têm como finalidade a aprendizagem e o desenvolvimento integral das crianças até os cinco anos de idade, em seus aspectos físico, afetivo, intelectual, linguístico e social, ou seja, no modo como vivenciam o mundo, constroem seus conhecimentos, se expressam, interagem uns com os outros e manifestam seus desejos e interesses, complementando assim, a ação da família e da comunidade.

Desse modo, a Educação Infantil precisa propiciar condições para que sejam desenvolvidas as potencialidades e habilidades, sejam elas, físicas, psicológicas, intelectuais, sociais, que favoreça positivamente o processo de ensino e aprendizagem e o desenvolvimento integral das crianças.

A Educação Infantil é amparada por documentos, dentre os quais se destacam: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI), entre outros que sustentam e organizam esta fase de ensino promovendo uma educação que vise o desenvolvimento integral das crianças.

No que tange a Lei 9.394/96 das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que introduziu uma série de inovações em relação à Educação Básica, enfatizando a importância da Educação Infantil, está a integração das creches nos sistemas de ensino junto com as pré-escolas. Esta lei evidencia o estímulo à autonomia das unidades educacionais na organização do currículo e dos métodos pedagógicos que possam assegurar as aprendizagens das crianças.

Desse modo, nesta etapa de ensino há uma fragmentação em atendimento infantil nas creches, para crianças de até três anos de idade, e educação pré-escolar, para crianças de quatro a cinco anos de idade, amparadas pela Lei nº 12.796, de 2013.

Ainda de acordo a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), artigo 4º, o dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia da educação básica obrigatória e gratuita dos quatro aos dezessete anos de idade, abrangendo a Pré-escola, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio. O inciso II garante ainda, a Educação Infantil gratuita às crianças de até cinco anos de idade.

O Plano Nacional de Educação (2000) afirma o crescimento da Educação Infantil no mundo e de forma acelerada, tanto em decorrência da necessidade da família de contar com uma instituição que acolha as crianças enquanto os pais trabalham, quanto pela necessidade de acompanhar o desenvolvimento delas, propiciando estímulos, experiências, práticas visando as “janelas de oportunidades” dessas crianças.

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI) (2010), o atendimento em Creches e Pré-escolas como direito social das crianças é afirmado na Constituição de 1988, com o reconhecimento da Educação Infantil como dever do Estado com a Educação. Assim, tem se discutido e trabalhado questões sobre como orientar as práticas pedagógicas com as crianças de forma que seja garantida a aprendizagem e o desenvolvimento delas, preparando-as para as etapas seguintes.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil afirmam estar articuladas às Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica, reunindo,

... princípios, fundamentos e procedimentos definidos pela Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, para orientar as políticas públicas e a elaboração, planejamento, execução e avaliação de propostas pedagógicas e curriculares de Educação Infantil. (p. 11).

Assim, é preciso que a educação das crianças nesta etapa esteja sob a responsabilidade de instâncias como a família, a escola, o Estado, onde todos os envolvidos tenham como objetivo comum contribuir para o crescimento e desenvolvimento integral, onde sejam oferecidas situações significativas de aprendizagens às crianças e que estas sejam respeitadas.

A Educação Infantil é de extrema importância, tendo em vista que é o ponto inicial da formação do ser humano e alicerce do processo de ensino e aprendizagem, sendo esta a etapa em que as crianças aprendem a socializar, a se

manifestar, a desenvolver suas potencialidades e habilidades que propiciam resultados positivos para toda a vida.

É preciso pensar a criança como sujeito histórico, crítico, criativo e participativo, que tem direitos e deveres, e que nas interações do cotidiano da sala de aula constrói sua identidade, sua personalidade, observando, experimentando, questionando tudo à sua volta, fazendo-a assim produtora de cultura. É nesta fase que a criança vai desenvolver sua autonomia, sendo capaz de interferir no meio em que vive.

Para isso, como apontam os documentos, é preciso que a avaliação esteja voltada para o acompanhamento e registro do desenvolvimento das crianças, de modo a desvelar seu grau de aprendizagem. Cabe ao(a) professor(a) a necessidade de acompanhar esse processo, sem, segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais (2010), o objetivo de seleção, promoção ou classificação, de forma que garanta a observação crítica e criativa das atividades propostas em brincadeiras e nas interações.

Tendo em vista o que dizem as Diretrizes, a avaliação na Educação Infantil não deve ser um instrumento de retenção das crianças, mas deve ser feita uma constante observação diante das situações de aprendizagem que a elas foram oferecidas. É importante que sejam aprendizagens enriquecedoras que despertem nas crianças experiências prazerosas e novas descobertas a partir de seus interesses e necessidades, e que contribuam para o seu desenvolvimento integral.

Esta ação é amparada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (art. 31), onde a avaliação na Educação Infantil dá-se mediante acompanhamento e registro do desenvolvimento das crianças, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental.

Sendo assim, no processo educativo é importante que estas ações tenham como função a observação, o acompanhamento e o registro para orientar todo o processo pedagógico, envolvendo não só a criança, mas os professores e a escola, visando uma melhoria na ação educativa.

Observou-se no decorrer dos Estágios e de minha experiência profissional como professora auxiliar na Educação Infantil que a avaliação é uma prática importante devido à necessidade de refletir como ela pode contribuir para o desenvolvimento integral da criança, tendo em vista que é na escola que o processo de avaliação mostra como a criança tem se desenvolvido dentro da sala de aula.

A sociedade muitas vezes encara a avaliação como forma de classificar as crianças, por isso a importância de se refletir a respeito, para que se compreenda que a avaliação vai além de atribuir notas, selecionar ou classificar, mas considerar a observação crítica e criativa das atividades, das brincadeiras e de como as crianças as constroem as suas interações no cotidiano da sala de aula.

Há nas práticas avaliativas controvérsias no que diz respeito ao acompanhamento do desenvolvimento das crianças, pois ainda existe a retenção delas em atividades realizadas na sala de aula, o que interfere e limita na dinamização do processo de conhecimento e desenvolvimento moral e intelectual do aluno.

Segundo Bujes e Hoffmann (1991),

O cotidiano da creche é um tempo de liberdade vigiada. Um tempo não produtivo. Fora a rotina estreita, as ordens estritas, se vigia a criança para que cresça guardada, alimentada, protegida... Uma vigilância, entretanto, que não lhe permite crescer de fato porque a limita nas suas possibilidades. Limita o seu presente, modela o seu futuro. Desconsiderando o significado desses anos de existência, acaba por minar suas possibilidades de desenvolvimento como ser criativo e produtivo, e ao mesmo tempo, ignora sua existência, como um ser atuante, desde já, numa realidade social e concreta (p.124).

Deste modo, pesquisar a respeito do tema é viável para que se estabeleçam resultados com êxito, que sejam capazes de contribuir nas reflexões para o desenvolvimento das crianças e para a ampliação de seus conhecimentos. Assim, a avaliação no que diz respeito à Educação Infantil deve buscar através das vivências das crianças significados referentes às atividades que lhes são proporcionadas, atendendo ao que eles já conhecem, sem as reter pelo conhecimento que ainda não as dispõem.

1.3 A Prática do(a) Professor(a) de Educação Infantil

O papel do(a) professor(a) é de extrema importância, pois é ele o agente ativo e produtivo na formação do aluno, ajudando-o a desenvolver integralmente suas capacidades, habilidades e seu papel como cidadão, e para tal, o(a) professor(a) precisa ter competência e refletir constantemente sobre sua prática na sala de aula.

A LDB dispõe no título VI, art. 62 que:

A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura plena, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nos cinco primeiros anos do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade normal.

Desse modo, o documento orienta que a formação dos professores tenha uma base sólida e consistente, onde as redes de ensino devem oferecer condições de formação regular para ampliar o acesso como professores de Educação Infantil, garantida pela LDB, sendo de extrema importância à profissionalização do docente da Educação Infantil.

A atuação do(a) professor(a) compreende também o seu processo de formação profissional, no que diz respeito aos saberes adquiridos, as experiências vivenciadas e a reflexão sobre o fazer pedagógico. É importante que o(a) professor(a) esteja embasado em teóricos que orientam sobre a prática do seu trabalho na sala de aula, pois prática e teoria precisam estar alinhadas para a realização de um exercício docente eficaz.

Na Educação Infantil é fundamental que o(a) professor(a) saiba lidar com as crianças, tendo em vista que elas apresentam suas individualidades e seus jeitos próprios de encarar as etapas que vão surgindo. O(a) professor(a) precisa ter estratégias que favoreçam o desenvolvimento e as aprendizagens dessas crianças no ambiente escolar, além de buscar compreender a forma como ela vê e sente o mundo.

Segundo Zabala (1998),

A intervenção pedagógica exige situar-se num modelo em que a aula se configura como um sistema microssistema definido por determinados espaços, uma organização social, certas relações interativas, uma forma de distribuir o tempo, um determinado uso dos recursos didáticos, onde os processos educativos se explicam como elementos estreitamente integrados neste sistema (p. 16).

Desse modo, a intervenção do(a) professor(a) na sala de aula compreende elementos tais como: o currículo, o planejamento e a avaliação, que são processos inseparáveis do docente. O(a) professor(a) precisa proporcionar às crianças um ambiente acolhedor, com espaços e materiais que propiciem a manifestação através

dos seus movimentos, da criatividade, da imaginação, dos seus pensamentos e sentimentos, além de contribuir para a socialização das crianças entre si.

Diante dos expostos sobre a compreensão do que é a Educação Infantil, o(a) professor(a) precisa ser coerente com o que propõe essa modalidade de ensino, visando os objetivos e necessidades das crianças, tendo em vista que segundo as DCNEI (2010), elas são:

Sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura (p.12).

Assim, diante do que afirmam as DCNEI, o(a) professor(a) de Educação Infantil para atender as especificidades do ensino devem oferecer meios em que as crianças possam desenvolver capacidades cognitivas, observar, se expressar e construir sentidos sobre o meio em que vive, de modo a contribuir para a construção da identidade das crianças.

É de extrema importância que o(a) professor(a) tenha uma boa interação afetiva com as crianças, para que elas se sintam seguras e acolhidas, integrando o ato de educar e ensinar da melhor maneira possível, que ele possa exercitar o ouvir e o olhar para a criança, que são carregadas de histórias, vivências e descobertas.

Segundo Silva (2010),

A atividade docente não pode ser vista como um conjunto de ações desarticuladas e justapostas, restrita ao observável, isso porque envolve consciência, concepção, definição de objetivos, reflexão sobre as ações desenvolvidas, estudo e análise da realidade para qual se pensam as atividades (pag. 68).

Assim, compreender o papel do(a) professor(a) na perspectiva da Educação Infantil requer entender como esse profissional vai agir diante desta prática, valorizando, respeitando, acolhendo, auxiliando e propiciando estratégias que favoreçam a aprendizagem e o desenvolvimento de forma significativa.

Segundo Monteiro (2002),

O educador deve conhecer e considerar as singularidades das crianças de diferentes idades, assim como a diversidade de hábitos, costumes, valores, crenças, etnias das crianças com as quais trabalha respeitando suas diferenças e ampliando suas pautas de socialização. O educador é o mediador entre crianças e o objetos de conhecimento, organizando e propiciando espaços e situações de aprendizagens que articulem os recursos e capacidades afetivas, emocionais, sociais e cognitivas de cada criança aos seus conhecimentos prévios e aos conteúdos referentes aos diferentes campos de conhecimento humano. (p. 05)

O(a) professor(a) como mediador na sala de aula entre as crianças e o conhecimento, precisa ter postura frente às construções que elas trazem consigo diante das experiências de vida, e os processos mediadores encorajam e orientam as crianças para um saber de qualidade que enriquece a aprendizagem e o desenvolvimento.

É necessário também que o(a) professor(a) da Educação Infantil reflita sobre o currículo que norteia a sua prática pedagógica, tendo em vista a especificidade do seu trabalho diante desta modalidade de ensino.

No que diz respeito ao currículo, apresentaremos a seguir o seu conceito e como é construído para atender às demandas da Educação Infantil.

1.3.1 O Currículo da Educação Infantil

O currículo é o caminho que as redes de ensino têm para produzir e organizar as práticas, ideias, ações e o nortear do ensino pedagógico das Instituições, do que se está produzindo, tendo como finalidade desenvolver um aprendizado significativo, desenvolvendo alunos críticos, reflexivos e participativos que possam agir como transformadores na sociedade em que vivem.

Segundo Nascimento (2007),

... o currículo não pode ser vivido como uma listagem de objetivos e conteúdos a serem atingidos. O currículo é algo vivo e dinâmico. Ele está relacionado a todas as ações que envolvem a criança no seu dia-a-dia dentro das instituições de ensino, não só quando nós professores

consideramos que as crianças estão aprendendo. O currículo deve prever espaço de interações entre as crianças sem a mediação direta do professor, e espaços de aprendizagem na interação com os adultos, nos quais as crianças sejam as protagonistas (p.16).

Os currículos, considerando as novas determinações do Ministério da Educação do Brasil, apresentam em comum uma mesma base, que está sendo proposta às Escolas, chamada Base Nacional Comum Curricular (BNCC) que apresenta proposta pedagógica com conteúdos que se complementam para assegurar e unificar as práticas pedagógicas e os saberes mínimos para uma educação de qualidade, assim, cabe às escolas adequar as decisões tomadas levando em conta as especificidades locais e regionais, a realidade escolar, o contexto e as características dos alunos.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das modalidades da Educação Básica [...] a BNCC soma-se aos propósitos que direcionam a educação brasileira para a formação humana integral e para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva (BRASIL, 2017).

O documento apresenta para a Educação Infantil os direitos de aprendizagem e desenvolvimento que asseguram para as crianças condições em que elas possam aprender e desenvolver a participação, a vivenciar experiências e construir significados. São eles: Conviver, Brincar, Participar, Explorar, Expressar; Conhecer-se.

Assim, essas relações vão se construindo campos de experiências, em que sejam garantidos às crianças conhecimentos essenciais na linguagem oral, na linguagem escrita, na linguagem artística, na matemática, na literatura, no espaço/tempo em que vivem que são: O eu, o outro e o nós; Corpo, gestos e movimentos; Traços, sons, cores e formas; Oralidade e escrita; Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações.

Ainda que proposta às escolas, a Base Nacional Comum Curricular é permeada de críticas em que se destacam a padronização dos conhecimentos e saberes reduzindo o fenômeno da aprendizagem apenas a mera utilização e instrumentalização desses saberes, por antecipar a idade máxima de alfabetização

ignorando as especificidades e o tempo de aprendizagem de cada aluno, entre outras que necessitam de reflexão.

É preciso orientar as aprendizagens para que as crianças desenvolvam conceitos éticos, estéticos, políticos, democráticos e sociais pra viver em sociedade e transformar essa mesma sociedade, conhecendo a si mesmo. Para isso, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (2010) apresentam a proposta pedagógica de modo a garantir que se cumpram sua função sociopolítica e pedagógica:

- Oferecendo condições e recursos para que as crianças usufruam seus direitos civis, humanos e sociais;
- Assumindo a responsabilidade de compartilhar e complementar a educação e cuidado das crianças com as famílias;
- Possibilitando tanto a convivência entre crianças e entre adultos e crianças quanto à ampliação de saberes e conhecimentos de diferentes naturezas;
- Promovendo a igualdade de oportunidades educacionais entre as crianças de diferentes classes sociais no que se refere ao acesso a bens culturais e às possibilidades de vivência da infância;
- Construindo novas formas de sociabilidade e de subjetividade comprometidas com a ludicidade, a democracia, a sustentabilidade do planeta e com o rompimento de relações de dominação etária, socioeconômica, étnico-racial, de gênero, regional, linguística e religiosa (p.17).

Desse modo, pensando na construção de um currículo para a Educação Infantil, deve se levar em conta o sujeito social, histórico e cultural que caracterizam as crianças e direciona a um amplo campo de saberes que promove a igualdade educacional, o compromisso, o respeito e a democracia no mundo que as rodeiam.

Segundo as Diretrizes Curriculares para a Educação Infantil, o currículo é conceituado como:

Conjunto de práticas que buscam articular as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico, de modo a promover o desenvolvimento integral de crianças de 0 a 5 anos de idade (p.12).

A Educação Infantil é um direito educativo da criança, por isso, o currículo deve ser pensando visando a identidade das crianças, como ocorre o aprendizado, o desenvolvimento, e pensar as necessidades e subjetividades delas. O currículo deve auxiliar positivamente o processo de ensino e aprendizagem e juntamente com a

base comum, agir como norteador da ação do docente de modo a direcionar a prática pedagógica e as ações na sala de aula.

Sacristán (1998) diz que a diferenciação entre o explícito ou oficial e o oculto do currículo real serve para entender muitas incoerências nas práticas escolares,

Não é infrequente nos depararmos com declarações de objetivos explícitos, que dizem pretender algo dos alunos/as, que depois se mostram contraditórios com o que realmente se faz para consegui-los. O currículo explícito diz buscar a aprendizagem da escrita e o gosto por se expressar, ou o prazer da ciência, por exemplo, e depois vemos os alunos/as ocupadas em exercícios tediosos de repetição que geram atitudes negativas e contrárias aos objetivos declarados (pag. 133).

O(a) professor(a) precisa na sua prática oferecer situações de aprendizagem que despertem a imaginação das crianças, como o uso de atividades lúdicas, com jogos e brincadeiras, estimulando-os e não impondo suas regras, pois elas que propiciam o desenvolvimento e tornam a aprendizagem mais significativa para as crianças.

Seja na sala de aula seja fora, as crianças da Educação Infantil devem ser alvo de constante observação do registro por parte do(a) professor(a), como aponta Sacristán (1998), que as práticas de avaliação têm influência decisiva nos alunos, em suas atitudes para o estudo e conteúdo, nas relações dentro da sala de aula e meio social, razão pela qual apresentaremos os instrumentos de avaliação da Educação Infantil.

1.3.2 Instrumentos de Avaliação na Educação Infantil

A avaliação traz consigo concepções políticas e filosóficas diante dos sujeitos a serem avaliados e na Educação Infantil é um processo que requer muito cuidado devido às peculiaridades dessa etapa. Por isso, pensar em como realizá-la exige do(a) professor(a) um processo de reflexão, ação e reflexão da sua prática, que envolve o uso de instrumentos para orientar, no exercício docente, o processo avaliativo.

Os instrumentos a serem utilizados na hora de avaliar as situações de aprendizagem devem ser planejados, de modo que os professores tenham clareza

do que será avaliado nas crianças e que propiciem vivências para que a avaliação possa compreender as ações delas, respeitando suas especificidades e suas produções. Entre os instrumentos possíveis a serem trabalhados na Educação Infantil estão:

A observação, que é um instrumento que ajuda a identificar comportamentos nas ações dos alunos, que segundo Castro (2006) é importante para avaliar as competências dos alunos que se manifestam transcendendo o espaço da sala de aula, para isso, os professores precisam ter em mente o que e como vai observar, sendo necessário elaborar um roteiro que contemple aos objetivos de aprendizagem e que vai auxiliar nesse processo.

Sant'Anna (1995) aponta algumas vantagens em relação à observação, entre elas:

é objetiva, permitindo um registro fiel e mais exato de dados enquanto ocorrem. é planejada limitando a finalidade dos dados coletados, definindo antecipadamente as características a serem observadas e desenvolvendo categorias elaboradas a fim de identificar o fenômeno, localizar e codificar o que foi observado. (pag. 103).

Assim, a observação precisa de um direcionamento para delimitar o que vai ser observado e garantir continuidade e acompanhamento do processo de desenvolvimento e aprendizagem, além de fornecer os dados a serem registrados nas fichas de registros.

As fichas de registros acompanham o desenvolvimento cognitivo, social e afetivo de cada criança, ou seja, todo o seu histórico na sala de aula, como aponta Hoffmann (2003):

Os registros de avaliação significativos procuram documentar e ilustrar a história da criança no espaço pedagógico, sua interação com os vários objetos do conhecimento, sua convivência com os adultos e outras crianças que interagem com ela (p.44).

Desse modo, a ficha tem como objetivo registrar os avanços contínuos e progressivos, bem como as dificuldades no decorrer de cada bimestre que são observados pelos(as) professores(as) durante a realização das atividades, considerando as fases de desenvolvimento das crianças e os objetivos da aprendizagem.

Esses registros são sistematizados nos chamados relatórios, que são instrumentos importantes, pois neles é registrado o caminho percorrido das crianças, as ações realizadas nas atividades propostas, e tem por finalidade segundo

Sant'Anna (1995), informar, relatar, fornecer resultados, dados, experiências que permitam à autoridade competente constatar a realidade das atividades.

Assim, o relatório ou também chamados de Pareceres Descritivos contextualizam os objetivos dos projetos de aprendizagem, as observações feitas nas fichas de registros das crianças, apresentando as conquistas e dificuldades de cada uma para que as intervenções sejam planejadas atendendo às necessidades delas.

A prática do registro por meio de relatórios garante um processo gradual e contínuo que asseguram o acompanhamento de cada criança e a sua construção de sujeito, pois sistematizam as vivências, os avanços e as dificuldades apresentadas pelas crianças, por isso, esses registros devem ser realizados com anotações coerentes das observações do(a) professor(a) sobre o desempenho e progresso da criança no dia a dia escolar em todos os seus aspectos, visando o seu desenvolvimento integral.

Outro instrumento importante é o portfólio, que segundo Oliveira (2007), também chamado de dossiê é um conjunto de produções do aluno durante determinado período de tempo. O portfólio objetiva perceber as conquistas individuais e coletivas das crianças no processo de desenvolvimento e aprendizagem, por isso é importante considerá-lo como instrumento que também auxilia para registrar e acompanhar as atividades realizadas.

É necessário pensar em instrumentos que atendam às especificidades da aprendizagem das crianças, utilizando principalmente o registro como forma de acompanhar o processo de desenvolvimento e aprendizagem da criança.

Estes instrumentos devem visar à avaliação, permitir a valorização das peculiaridades das crianças, o acompanhamento de como elas vivenciam as situações do seu dia-a-dia, de como constroem seus conhecimentos, suas conquistas e acompanhar as dificuldades que são apresentadas ao longo das atividades propostas.

Assim, do mesmo modo como a avaliação necessita de instrumentos que acompanhem a caminhada dos alunos na sala de aula, para objetivar esta pesquisa e fornecer dados para a reflexão do tema, fez-se de extrema importância elaborar os percursos metodológicos que nos auxiliaram para melhor sistematizarmos os objetivos propostos nesta pesquisa.

2 PERCURSOS METODOLÓGICOS

Neste capítulo buscaremos descrever o percurso trilhado pela pesquisa, fundamentado em aspectos teórico-metodológicos, seguidamente trataremos sobre a abordagem empregada na pesquisa, a caracterização do lócus da pesquisa e a descrição dos sujeitos envolvidos, dos instrumentos da coleta de dados e dos procedimentos de análise adotados, tais como a observação participante, a entrevista semiestruturada e o caderno de campo que contribuíram como suporte maior para o enriquecimento da pesquisa.

2.1 A Natureza da Pesquisa

Para esta pesquisa utilizou-se da abordagem de natureza qualitativa, onde se procura estabelecer o significado de um fenômeno a partir da realidade social, identificando o grupo que compartilha uma cultura e estudando como ele desenvolve padrões compartilhados de comportamentos no decorrer do tempo. Busca compreender como a avaliação pode colaborar para o desenvolvimento integral e a aprendizagem na Educação Infantil.

Desse modo, buscou-se dentre outros, reconhecer a importância da avaliação na Educação Infantil, identificar a avaliação como auxiliar no processo de aprendizagem e desenvolvimento da criança de Educação Infantil, compreender o papel do(a) professor(a) no processo de avaliação e ressaltar os registros e a prática de avaliação na Educação Infantil em cada etapa do desenvolvimento da criança.

Segundo Triviños (1987) há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito e que a interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa, aonde os procedimentos metodológicos conduziram aos chamados 'estudos de caso', e tem como apoio teórico na fenomenologia sendo essencialmente descritiva.

Para Ludke e André (1986), a pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como sua fonte direta de dados e o pesquisador como seu principal instrumento. Assim, na pesquisa qualitativa, os dados apresentam diversas interpretações que partem da reflexão dos pesquisadores sobre suas observações e percepções no

campo, onde o pesquisador estabelece conexões para compreender os fenômenos estudados.

2.2 O Método

Esta pesquisa tem como referencial para o objeto de estudo, o método fenomenológico, que diz respeito à fenomenologia de Husserl, e teve grande influência na filosofia contemporânea. Este método tem como enfoque a compreensão do saber, acentuando a intencionalidade e a experiência do sujeito de modo a desvelar pressupostos a uma dada realidade, procurando captar a essência do objeto, “daquilo se mostra como é”.

Segundo Trivinos (1987),

A fenomenologia é o estudo essências e todos os problemas, segundo ela, tornam a definir essências: a essência da percepção, a essência da consciência, por exemplo. Mas também a fenomenologia é uma filosofia que substitui as essências na existência e não pensa que se possa compreender o homem e o mundo de outra forma senão a partir de sua "facticidade". É uma filosofia transcendental que coloca em "suspensão", para compreendê-las, as afirmações da atitude natural, mas também uma filosofia segundo a qual o mundo está sempre "aí", antes da reflexão, como uma presença inalienável, e cujo esforço está em reencontrar esse contato ingênuo com o mundo para lhe dar enfim um status filosófico (p. 43).

Assim, para Husserl, a fenomenologia propõe uma análise compreensiva da consciência, tendo em vista que “toda consciência é consciência de algo”, o que se vincula a ideia da intencionalidade, compreendendo os saberes de senso comum para descrever e interpretar o fenômeno tal como ele é.

Tendo em vista esses conceitos, o tema tem como objetivo compreender, refletir e analisar a contribuição da avaliação no desenvolvimento e na aprendizagem da criança de modo a desvelar como é a realidade da avaliação e a sua importância nas instituições de Educação Infantil, portanto o método de pesquisa auxilia para compreender o conhecimento, não o tornando como algo estável, pois a todo o momento podem surgir novas interpretações.

2.3 O Lócus da Pesquisa

A escola Municipal que oferece a modalidade de Educação Infantil onde a pesquisa foi realizada está localizada na Zona Centro-Sul da cidade de Manaus e surgiu com o intuito de oferecer a comunidade do bairro Parque 10, um espaço que pudesse atender as crianças em fase escolar que estavam sem estudar. Foi criada pela Lei^o 1983 do dia 01 de dezembro de 1988. Por ser localizado dentro do Centro Social Urbano, no seu entorno há uma área extensa que é usada para práticas desportivas e culturais.

Atende os seguintes níveis de ensino: Maternal, 1^o e 2^o períodos, onde são dispostas três (03) salas com cerca de vinte (20) alunos para cada nível, e dezoito (18) professoras no todo. Seu funcionamento atende os turnos matutino e vespertino.

A estrutura física da escola conta com nove (09) salas de aula, sala de diretoria, sala do Positivo, assim chamada por possuir computadores com softwares didáticos da marca, uma sala de depósitos de alimentos, uma sala de recursos, um gabinete odontológico, um almoxarifado, refeitório, ludoteca, biblioteca, brinquedoteca, um banheiro para os funcionários e dois banheiros para as crianças. Entretanto, durante o estágio I e III, as professoras relataram que a biblioteca é pouco usada, a sala do positivo e a brinquedoteca não são utilizados por conta dos computadores não funcionarem e por receio dos brinquedos quebrarem.

A instituição de ensino apresenta no geral um bom funcionamento, onde a relação da direção escolar com o corpo docente, discente e comunidade se dão de forma dinâmica e estruturada.

Devido à escola ser situada dentro de um Centro de Convivência Social Urbano e por ser em um espaço público, o portão é usado pelos alunos e pela comunidade que entram para praticar exercícios ou usar como atalho. Não há ninguém para receber as crianças que geralmente chegam acompanhadas de seus pais, quando não, de algum outro responsável. Ao chegarem, os responsáveis aguardam com as crianças o sinal tocar para levá-las para suas respectivas salas, onde as professoras já os estão esperando.

As decisões sobre o trabalho e a organização da instituição são feitas através das ações sinalizadas que são passadas e repassadas pela Secretaria Municipal de Educação – SEMED, e através também do Projeto Político Pedagógico, para que

após serem tomadas, caiba ao diretor ou pedagogo formalizar essas ações e orientar o trabalho do(a) professor(a) e de todo o corpo de funcionários.

A participação da comunidade e da família na escola ocorre através dos grandes eventos que acontecem na escola como o Dia das mães, Dia dos pais, Feira de Ciências, Festa Junina, entre outros. A participação dos pais é fundamental durante as reuniões com os(as) professores(as) para entrega de pareceres, e quando necessário, se surgir alguma questão para resolver com os pais, ou a professora estiver com dificuldades com algum aluno, a escola procura entrar em contato para uma reunião ou ainda quando os próprios pais sentem a necessidade de conversar com a pedagoga.

No recreio as turmas são direcionadas de três em três e encaminhadas junto das professoras para o refeitório, que contém três mesas grandes com cadeiras, onde as crianças merendam sentadas. Por conta de o espaço ser pequeno, não há momento para elas brincarem.

As atividades e os projetos são realizados conforme orientação do Projeto Político Pedagógico - PPP, onde há um trabalho conjunto da equipe escolar e as culminâncias são realizadas no “pátio” da escola. E a avaliação de aprendizagem dos alunos é feita através de Pareceres Descritivos.

Segundo o documento, a escola apresenta os seguintes projetos: Clássicos da Literatura Infantil; Meio Ambiente; Formatura; Hora Cívica; Clube da Linguagem de Programação e Robótica Procurumin; Projeto Aprender, Conviver e Lutar; PESC; Transversalizando o Trânsito. Durante os dias do estágio, ocorreram os projetos: Clássicos da Literatura Infantil, com a realização da peça “Cinderela”, as Horas Cívicas, onde ocorriam culminâncias realizadas pelas professoras e as turmas, além do Projeto de Ensino Sistematizado das Ciências - PESC, que fornecem materiais que ficam na sala de aula, para serem trabalhos com as crianças, mas às vezes não são utilizados. Presenciamos também um evento chamado Festival Olímpico, realizado pela escola com a ajuda dos estagiários de uma faculdade particular da cidade de Manaus, onde foram desenvolvidas atividades práticas com as crianças na quadra do Centro Social Urbano.

2.3.1 Os Sujeitos da Pesquisa

A pesquisa se deu início durante a realização do estágio I, onde acompanhei uma turma do 1º período, onde tive minhas primeiras contribuições a respeito do tema em diálogo com a professora regente da sala. No segundo momento, houve a realização da entrevista semiestruturada com três professoras da Educação Infantil e três pais.

A professora Ana¹ tem formação de ensino superior completo em Pedagogia e Bacharel em Direito, e tem especialização em Gestão Escolar e Direito Trabalhista, atuando há mais de quinze (15) anos na docência. Pude acompanhá-la durante o estágio III, na turma de 1º período, e observei que a rotina da sala de aula se dá de forma tranquila, com atividades sem muitos recursos lúdicos, sendo o principal uma apostila com atividades impressas, jogos de montar e massinha de modelar.

A professora Bárbara² tem formação em Magistério, e atua há cerca de quinze (15) anos na docência. Atua na escola na turma de 2º período.

A professora Cristina³ tem formação em Ensino Superior completo em Pedagogia e está há cerca de cinco (05) anos na docência. Rege a turma do Maternal.

Os pais entrevistados tem formação em Ensino Médio completo, e tem em média de um (01) a cinco (05) filhos, de acordo com o Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola, a maioria das crianças apresenta uma origem sociocultural de renda baixa. Muitas delas vão andando de casa para a escola por morarem próximo, e terem condições de irem andando, sem necessidade de transporte público ou particular.

2.4 As técnicas de pesquisa

Para esta pesquisa foi utilizada a técnica exploratória a fim de identificar as informações sobre o objeto de estudo. Após, utilizamos a pesquisa descritiva, para

¹ Utilizou um pseudônimo.

² Utilizou um pseudônimo.

³ Utilizou um pseudônimo.

auxiliar na elaboração das informações e dados de coleta, por fim utilizamos a pesquisa explicativa a fim de interpretar as observações registradas.

2.4.1 Observação Participante

A experiência do estágio possibilitou uma observação participante que contribuiu para a aproximação da realidade escolar, com o objetivo de proporcionar a inserção na escola para compreender e construir saberes à luz das teorias estudadas, além de contribuir para a minha futura prática pedagógica, possibilitar refletir sobre o processo avaliativo e a importância da avaliação na Educação Infantil no modo como os professores exercem essa prática que se vincula ao processo de aprendizagem das crianças.

Para Gray (2012), com a observação participante, o pesquisador se torna membro do grupo que está sendo pesquisado e, portanto, começa a entender sua situação ao vivenciá-la. Desse modo, o pesquisador emerge no ambiente onde acontece a pesquisa de campo para se aproximar da realidade e compreender melhor como ocorrem as ações dentro da escola.

Através das orientações realizadas pelas professoras de estágio, as observações se tornaram mais significativas, pois foi dado um roteiro para melhor nos orientar na vivência na sala de aula e com as crianças, professores e funcionários da escola. Assim, a observação participante possibilitou uma interação maior com o corpo escolar, não só observando os comportamentos, as ideias, mas estando “imersa” e participando ativamente do contexto podendo dialogar com os sujeitos envolvidos, relatando os dados juntamente das experiências pessoais como pesquisadora.

2.4.2 Entrevista Semiestruturada

Para levantamento de dados, faz-se necessário o uso de entrevistas semiestruturadas, realizadas com as professoras da Educação Infantil, englobando professoras da creche e da pré-escola, com o objetivo de saber sobre a formação

acadêmica e profissional e de suas concepções e práticas a respeito do processo avaliativo na educação infantil.

Segundo Gray (2012),

A entrevista semiestruturada permite fazer aprofundamento das visões e das opiniões onde for desejável que os respondentes aprofundem suas respostas. Isso é vital quando se assume uma abordagem fenomenológica em que o objetivo é explorar os sentidos subjetivos que os respondentes atribuem a conceitos ou eventos. (p. 302).

Desse modo, as entrevistas servem de auxílio para ajudar as pessoas a expressarem seus pontos de vista, seus sentimentos e entendimentos, visando uma resposta mais precisa de quem está respondendo, por isso, é importante que ela seja bem conduzida pelo entrevistador.

É importante ressaltar que por ser uma entrevista semiestruturada, as perguntas não seguiram uma ordem, que dependeu do andamento da entrevista e de como as professoras respondiam, surgindo assim, outras questões.

O roteiro utilizado para a entrevista semiestruturada com os professores (Anexo A) contemplou questões referentes à: Formação, tempo de atuação na docência, concepção de avaliação, periodicidade em que a avaliação é realizada, os instrumentos e critérios de avaliação na prática docente, a importância da avaliação na Educação Infantil, a utilização dos registros como subsídios da avaliação, como reflete no processo de aprendizagem e o desenvolvimento da criança, o que é feito quando o aluno não alcança os objetivos da aprendizagem e por fim quais os desafios e perspectivas da avaliação nesse processo.

Foram realizadas também entrevistas com os pais (Anexo B), que contemplou questões referentes à: Formação, quantos filhos têm, a importância da parceria escola e família, como era a avaliação na época de estudantes deles e o que mudou até os dias atuais, a importância da avaliação na Educação Infantil, como ela reflete no processo de aprendizagem e no desenvolvimento da criança e o que é feito quando o aluno não alcança os objetivos de aprendizagem.

Esses roteiros de entrevistas foram estabelecidos por mim e pela minha orientadora, contendo dez perguntas para os professores e oito perguntas para os pais. Assim, finalizadas as entrevistas, as respostas coletadas foram tabuladas gerando então, dados suficientes para a análise a ser apresentada no terceiro capítulo.

2.4.3 Caderno de Campo

O caderno de campo é de extrema importância, tendo em vista que é o instrumento onde são realizadas as anotações das vivências, relatando as práticas observadas, as problemáticas existentes, o dia a dia, além de confrontar os saberes à luz dos teóricos estudados, ou seja, são relatados tudo o que foi desenvolvido ao longo do estágio.

Segundo Gray (2012),

Em primeiro lugar, o pesquisador deve tentar captar mentalmente e se lembrar do maior número de detalhes possível: quem estava no contexto do trabalho de campo que aparência tinha essas pessoas, o que disseram, como se sentiram em relação a eles, etc. Essas são notas mentais, que podem ser lembradas depois para contribuir com a produção de anotações escritas. As notas escritas incluem observações feitas em campo que funcionam como um tipo de auxílio à memória para a posterior produção de notas de campo mais abrangentes. (p. 326).

Assim, o caderno de campo tem a finalidade de registrar as atividades, as observações verbais e não verbais, diálogos, eventos e visões do pesquisador a partir do contato com a realidade escolar, permitindo que as informações sejam sistematizadas de forma mais detalhada.

2.5 Reflexões sobre a Coleta de Dados

A pesquisa ajudou na reflexão sobre como a avaliação pode contribuir para o desenvolvimento integral e a aprendizagem da criança, considerando a observação crítica e criativa das atividades, das brincadeiras e de como as crianças as constroem nas suas interações no cotidiano da sala de aula.

Esta pesquisa é baseada nas experiências dos Estágios Supervisionados e na minha prática profissional como Professora Auxiliar à luz de teóricos que auxiliaram através do embasamento teórico.

Percebemos que ainda há nas práticas avaliativas controvérsias no que diz respeito ao acompanhamento do desenvolvimento das crianças, pois ainda existe a

retenção delas em atividades realizadas na sala de aula, o que interfere e limita no processo de desenvolvimento e na aprendizagem das crianças da Educação Infantil.

Desse modo, para efetivar as reflexões acerca do tema, além das experiências vivenciadas nos estágios, dos estudos de teóricos que tratam sobre o tema, foi de extrema importância realizar o percurso metodológico que contribuiu como um subsídio para o desenvolvimento da pesquisa e para que se buscassem os dados objetivando assim, significativamente a pesquisa.

3 A CONTRIBUIÇÃO DA AVALIAÇÃO NA APRENDIZAGEM DOS ALUNOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Para atender aos objetivos da pesquisa, e indo além dos teóricos pesquisados, foram realizadas entrevistas com três professoras da Educação Infantil de um Centro Municipal de Educação Infantil – CMEI e com três pais, para que diante das respostas fossem analisados a importância da avaliação do ponto de vista das educadoras e pais, sobretudo como a avaliação contribui para a aprendizagem e o desenvolvimento da criança de Educação Infantil.

Durante o estágio I, em conversa com a professora regente da sala, a avaliação para ela envolve uma auto avaliação, porque o que os professores não estão conseguindo atingir, eles têm a chance de oferecer outro método para que se consiga chegar ao esperado.

Ela exemplifica dizendo que a avaliação dela não é tão direcionada a apostila de atividades, que constitui-se de atividades escritas, e quase não vai ser. Acrescenta que até pode estar um pouco direcionada se for pensar na questão da motricidade fina, e como essas atividades, ou o melhor jeito de ela trabalhar determinada atividade vai ajudar no desenvolvimento motor fino.

A apostila é vendida pela escola e utilizada apenas na concordância dos pais. Nela, é composta de atividades que dizem respeito aos seguintes conteúdos: numerais, coordenação motora, quantidade, vogais, consciência de si e do mundo, datas comemorativas, entre outras.

A professora complementa dizendo que, como está se falando do desenvolvimento integral da criança, ela dá como exemplo o caso de aluno “Y”, onde a avaliação dele é mais comportamental, devido ser o caso crítico dele, e por isso é responsabilidade dela ajudar. Disse ainda, se preocupar por certas vezes ela se tornar muito crítica e rígida, mas que é complicado, e vez ou outra fica sem saber como orientar.

A avaliação, segundo a professora, é através de observações, registros descritos no parecer, para que assim possa ver como a criança tem se desenvolvido.

A concepção de avaliação para a professora Ana é contínua, pois ela diz que a criança é avaliada *“todos os dias, tanto por comportamento, quanto pelo seu*

desenvolvimento cognitivo, de fala”. Para a professora Bárbara, a avaliação tem como função diagnóstica e para a professora Cristina a avaliação é formativa.

Diante das entrevistas, pode-se observar as opiniões das professoras sobre a importância da avaliação na Educação Infantil:

Para a professora Ana,

“a avaliação é importante em todos os estágios da educação e na educação infantil, porque cada criança tem um desenvolvimento individual, uma maturação, então a gente tem que saber qual a fase de desenvolvimento que ela está, pra gente poder dali continuar [...] saber como tá o desenvolvimento motor, se ela já escreve, se ela já consegue fazer a letra no bastão ou na letra cursiva.”

A professora Bárbara diz que,

“avaliar a criança na Educação Infantil é importante, pois pode-se detectar possíveis deficiências na aprendizagem e comportamento que podem ser corrigidos ou atenuados, tornando mais fácil o acesso ao Ensino Fundamental”.

Para Libâneo (2013, p. 195), a avaliação é uma tarefa didática necessária e permanente do trabalho docente, que deve acompanhar passo a passo o processo de ensino e aprendizagem. Assim, a avaliação orienta para que se observem os resultados alcançados pelos alunos e para identificar as dificuldades que podem ser superadas.

A professora Cristina acredita que a avaliação é importante:

“não só na Educação Infantil, mas como um todo, a avaliação é pra gente observar a metodologia do professor e também o aprendizado do aluno. Por exemplo, na Educação Infantil, a avaliação não vai dar nota [...] é pra melhorar a minha metodologia, pra eu ver o que o aluno não está conseguindo. [...] A gente tem que procurar meios para ajudar a criança. A avaliação é como eu posso melhorar também as minhas atividades, a minha metodologia para eles alcançarem o resultado.”

Segundo Hoffmann (2003), a avaliação é a reflexão transformada em ação, que impulsiona assim o educador olhar sua realidade e ter o acompanhamento de todos os passos do educando, ou seja, para a professora, a avaliação é importante

desde que o(a) professor(a) também reflita na sua prática pedagógica que influencia diretamente no processo de avaliação. Cabe a ele propiciar atividades pedagógicas que auxiliem no processo de aprendizagem e desenvolvimento, além de buscar uma relação de interação com as crianças, para que se possa refletir sobre as formulações do educando.

Na visão dos pais, pode-se observar uma semelhança em relação à importância da avaliação na Educação Infantil.

Na entrevista com os pais, uma mãe chamada Antônia⁴ afirmou que *“na Educação Infantil pode-se perceber as dificuldades que a criança pode ter e que não vai levar mais pra frente”*.

Outra mãe chamada Bruna⁵, exemplifica dizendo que,

“você é um nota dez, não precisa você ter uma nota dez no papel, sendo que você já é [...] vamos supor que não tenha nota, mas a avaliação dela tá no comportamento, tá no desenvolvimento, tá na presença, tá na atividade que ela faz”.

A fala da mãe se dá diante do contexto do modelo de avaliação, que segundo Luckesi (2005), é muito visto nas escolas, onde há a presença de notas como classificação, há pais que estão voltados para essa promoção em que as expectativas deles, dos pais das crianças e dos jovens, em geral, estão nos resultados das notas dos seus filhos, sendo importante que eles tenham conceito suficiente para não serem reprovados.

Em contrapartida, a mãe compreende que na Educação Infantil, a avaliação não se utiliza de notas, mas do acompanhamento do comportamento, no desenvolvimento das atividades, na presença e nas vivências e experiências das crianças na sala de aula.

Do mesmo modo para a mãe Carla⁶, *“na Educação Infantil, eu acho importante a avaliação pra acompanhar o desenvolvimento da criança [...] às vezes tem que ensinar como é e como não é, no comportamento também”*.

É importante que a família tenha consciência da avaliação na educação infantil, para que possa acompanhar como se dá esse processo na sala de aula, e em que aspectos seus filhos estão sendo avaliados, podendo auxiliar sempre que

⁴ Utilizou um pseudônimo.

⁵ Utilizou um pseudônimo.

⁶ Utilizou-se um pseudônimo.

necessário. Como diz Macedo (1994, p.194), depois da família, é na escola que as crianças permanecem mais tempo, sendo assim, é um importante espaço de avaliação e acompanhamento das crianças.

O conhecimento de tais conceitos contribui para um melhor diálogo e parceria entre a escola e a família, e para isso, a escola deve orientar e esclarecer os objetivos da escola e da série em que a criança está para que haja uma relação dialógica, principalmente do processo de ensino e aprendizagem da criança.

Desse modo, compreende-se que a avaliação age para melhor orientar a aprendizagem dos alunos da Educação Infantil, intervindo quando necessário nas dificuldades a fim de superá-las, e favorecer significativamente no desenvolvimento delas.

3.1 Identificar a Avaliação como auxiliar no processo de aprendizagem e de desenvolvimento da criança na Educação Infantil

A Educação Infantil compreende o desenvolvimento das crianças, na sua formação integral como cidadãos críticos que possam viver em sociedade, expressando-se, agindo e transformando o meio em que vivem. Para tal, a instituição precisa realizar atividades práticas pedagógicas que auxiliem nesse percurso para que a aprendizagem e o desenvolvimento das crianças sejam garantidos e realizados de modo eficaz.

Libâneo (2013) distingue a aprendizagem em casual e organizada. Casual por ser sempre espontânea, surgir naturalmente a partir da interação entre as pessoas e com o ambiente que vivem. Organizada, por ser aquela que tem uma finalidade específica, de aprender determinados conhecimentos, habilidades, normas de convivência social, e que embora possa ocorrer em vários lugares, o autor coloca que é na escola que essas aprendizagens são organizadas, como tarefa específica do ensino, entretanto, sabe-se que os pais que acompanham seus filhos podem contribuir com a avaliação da aprendizagem casual, que certamente, ainda que de modo espontâneo, contribuirá para que a família possa relatar situações inerentes à criança ao(a) professor(a) de Educação Infantil.

Desse modo, a aprendizagem escolar é resultado das manifestações tanto externas como internas da criança em suas relações, por isso, a importância de se contextualizar as ações e produções da criança, pois ela já vem com conhecimentos prévios.

Para Piaget (apud. OLIVEIRA, 2007) o conhecimento ocasiona novas formas de interação, e compreender os processos de desenvolvimento e aprendizagem é importante para entender como a criança aprende através dos processos de assimilação, de acomodação e de equilíbrio. A partir disso, ele divide o desenvolvimento em estágios que variam de acordo com o aparecimento de novas qualidades e pensamentos.

Para Barbosa (2005), os estágios se dividem em estágio sensório motor, de 0 a 02 anos, onde a criança percebe o ambiente e age sobre ele; estágio pré-operatório que vai de 02 aos 06 anos que compreende o período que a criança desenvolve a capacidade simbólica com o uso de palavras e imagens que representam objetos ausentes. Ainda neste estágio, as principais características são o egocentrismo, a conservação, a centralização, o animismo, o realismo nominal, classificação, a inclusão de classe e a seriação.

A autora continua dizendo que o próximo estágio é o das operações concretas, que vai dos 07 aos 11 anos, neste, a criança usa a lógica e o raciocínio usando-os na manipulação de objetos concretos. E por fim, o estágio das operações formais após os 11 anos de idade, que compreende a fase onde a criança tem a capacidade de deduzir as conclusões de puras hipóteses e não somente através da observação real. O pensamento formal é hipotético-dedutivo.

Essas fases são trabalhadas em estimativas devido aos condicionantes sociais variarem de sujeito para sujeito, pois as realidades e as condições em que as crianças se apresentam são diferentes, assim como o desenvolvimento cognitivo delas, por isso deve ser em conta a história de vida de cada uma delas.

Vygotsky (apud BARBOSA, 2005) contribui significativamente acerca do desenvolvimento e aprendizagem da criança, pois essa relação é sua questão central de estudos e pesquisas, onde ele procura compreender a gênese, ou seja, a origem e o desenvolvimento dos processos psicológicos, atribuindo à dimensão sócio histórica do funcionamento psicológico e à interação social a construção do ser humano.

Para Vygotsky (apud OLIVEIRA, 2007, p. 43) o desenvolvimento da criança aparece primeiro em nível social e depois em nível individual, ou seja, o desenvolvimento da criança depende da interação que ela tem com a cultura e com outras pessoas ao seu redor.

Oliveira (2007) ressalta o nível de desenvolvimento que indica o que o sujeito pode realizar sozinho e o nível de desenvolvimento potencial que indica aquilo que ele pode realizar com o auxílio de outras pessoas. Há ainda um importante chamado de Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP), que:

...mede a distância entre estes dois níveis, significando que o educador pode interferir no sentido de diminuir a distância entre eles, oferecendo ajudas contingentes ao processo de crescimento e construção do aluno para incentivar os progressos que ele experimenta e para superar os obstáculos que encontra (pag.43)

A zona de desenvolvimento proximal possibilita compreender funções de desenvolvimento que estão a se completar, reconhecendo assim o que a criança já aprendeu, como organiza e opera as informações, para então, elaborar atividades e meios de potencializar a aprendizagem.

Outro fator importante tanto para Piaget como Vygotsky é o brincar no desenvolvimento da criança. Para Piaget (apud. VYGOTSKY, 1998), a forma mais espontânea do pensamento é o brinquedo ou a imaginação mágica, que faz com o que o desejável possível de ser obtido. Assim, para ele, a brincadeira transforma o real, por assimilação às necessidades da criança.

O brinquedo é um meio de aprendizagem, pois as crianças estabelecem relações com tudo que as cerca, além de as fazerem agir cognitivamente, estimulando a imaginação. No entanto, para que desenvolva a imaginação e o pensamento, o brinquedo tem que ser pensando de acordo com o desenvolvimento e a potencialidade de cada criança.

Segundo o Referencial Curricular para a Educação Infantil⁷ (RCNEI) (1998),

⁷ Atualmente, o Referencial Curricular para a Educação Infantil (RCNEI) foi substituído pelas Diretrizes Curriculares da Educação Infantil (DCNEI)

A organização de situações de aprendizagens orientadas ou que dependem de uma intervenção direta do professor permite que as crianças trabalhem com diversos conhecimentos. Estas aprendizagens devem estar baseadas não apenas nas propostas dos professores, mas essencialmente, na escuta das crianças e na compreensão do papel que desempenham a experimentação e o erro na construção do conhecimento (p. 29).

Desse modo, é preciso que os(a) professores(a) tenham conhecimento teórico sobre as brincadeiras e as funções de cada uma delas, para que elas tenham a finalidade educativa de contribuir para a aprendizagem e o desenvolvimento das crianças, ampliando suas capacidades de expressão, sentimentos, ideias, experimentação, reflexão, etc.

Segundo Barbosa (2005),

No processo de desenvolvimento humano a aprendizagem é fundamental, daí a importância de se capacitar os adultos, de uma forma que saibam lidar com as crianças, pois é a partir da compreensão dos princípios norteadores do processo de aprendizagem dos adultos e sua operacionalização que os problemas que possam ocorrer nessa área serão encarados, tratados e discutidos sem o peso dos traumas, estereótipos, preconceitos e tabus (p. 25).

Diante de como ocorre o processo de aprendizagem e desenvolvimento das crianças na Educação Infantil, o papel do(a) professor(a) é de fundamental importância, pois cabe a ele a ele proporcionar um ambiente educativo na sala de aula e criar intervenções necessárias para que as crianças se desenvolvam significativamente alcançando os objetivos propostos e para melhor avaliá-las, tendo em vista que na Educação Infantil, a avaliação é realizada diariamente.

Além então das intervenções que devem ser criadas, observa-se nas falas abaixo os diversos instrumentos utilizados em sala de aula para realizar o processo de aprendizagem e o desenvolvimento das crianças.

A professora Ana cita como instrumentos utilizados, os relatórios, a leitura e a escrita, a visualização e a oralidade das letras, dos numerais e quantidades. Seus critérios dizem respeito aos avanços e as dificuldades, e ao desenvolvimento de maturação. Ela explica que em relação à escrita, ela observa como a criança *“vai se desenvolvendo na sala de aula, a gente só avalia que ela tá escrevendo, mas não com perfeição que ainda não tem né, elas são da Educação Infantil”*.

Para Barbosa (2005), a maturação é o processo de transformação e desenvolvimento de um órgão ou organismo para exercício pleno de suas funções e que se prende essencialmente à idade. Assim, ela impulsiona o desenvolvimento,

que se processa variando de criança para criança e que depende de fatores, seja hereditários, estímulos, coordenação que contribuem para a aprendizagem.

A professora Bruna utiliza como instrumentos, vídeos, histórias, desenhos, cartazes e jogos, tendo como critérios de avaliação a socialização, a cooperação, aptidão e nível de aprendizagem.

A professora Cristina afirma que os instrumentos utilizados são a observação e os relatórios, tendo como critérios o comportamento, a adaptação e o emocional das crianças. Ela diz que:

“às vezes a gente faz atividade no papel mesmo, mas faço mais observação, observar o comportamento, que geralmente muda. Tem alunos que são bem difíceis porque apresentam algumas características de síndromes, mas não são comprovados. Os relatórios, são trimestrais [...] a gente chama de parecer, são três por ano. Aí no começo a gente ver a adaptação, no segundo, os avanços e a parte emocional, aí no terceiro a gente soma tudo pra dar um parecer no final do ano. Aí tu percebe (sic.) que eles mudaram bastante desde quando começaram as aulas, a maturidade, porque eles entram com três anos. Aí esse parecer é para os pais, fica no arquivo da escola e eles só levam no final do ano.”

Segundo Luckesi (2011),

Produzir bons e adequados instrumentos para a coleta de dados para a avaliação da aprendizagem dos nossos educandos, sem subterfúgios, sem enganos, sem complicações desnecessárias, sem armadilhas, poder ser um bom exercício ético na nossa vida pessoal, assim como pode ser um bom e significativo exercício vivencial de ensinar a ética aos nossos educandos na vida cotidiana (p.249).

Portanto, os instrumentos auxiliam para melhorar a prática avaliativa dos(as) professores(as), pois através destes pode-se acompanhar e registrar como a aprendizagem e o desenvolvimento das crianças estão ocorrendo.

Em relação aos registros como subsídios para a avaliação, as professoras citaram que:

A professora Ana faz:

“um cronograma. Como nós temos que fazer um relatório, falando do desenvolvimento da criança, eu vou colocando quem já visualiza e identifica, sem ser a sequência de “a, e, i, o, u” porque isso aí é só cantar, é que nem uma música, tu decoras a música, então quem visualiza, identifica as vogais, o alfabeto, as junções, porque a gente já vai fazendo que eles assimilem a leitura, os numerais, coordenação motora, como tá, tem criança que chega e não consegue nem cobrir, agora ela já escreve, então vou escrevendo pra poder passar para o relatório trimestral.”

A professora Bárbara citou brevemente que utiliza como subsídios os relatórios trimestrais das crianças.

Sabe-se que os relatórios são instrumentos que relatam o que foi observado e, quando bem utilizados, não retratam apenas o processo de desenvolvimento das crianças, mas servem para subsidiar o planejamento didático dos(as) professores(as) além de contribuir para a revisão de práticas pedagógicas orientando o trabalho do(a) professor(a) considerando o nível em que as crianças se encontram.

Por fim, a professora Cristina diz utilizar:

“embora nem todo dia dá pra fazer, às vezes uma vez por semana, eu vou colocando o que foi feito, como o aluno conseguiu fazer, como ele realizou, se alcançou tudinho, se teve alguma dificuldade. A maioria das dificuldades na sala é que eles faltam muito, aí não acompanho né, se faltar muito eu não acompanho.”

A professora queixou-se ainda a respeito da proposta que é passada no currículo:

“o currículo é muito grande, então se eu dei alguma coisa hoje, amanhã já tenho que dar outra atividade, outra parte do currículo, aí às vezes eu volto a atividade. Eu acho assim, que eles poderiam ser interligados, mas às vezes uma coisa não tem nada a ver uma com a outra. Aí eu não sei por quem foi elaborada essa proposta, porque na Educação Infantil, deveria ser interligado, porque fica difícil, fica corrido.”

Constata-se a preocupação da professora com o excesso de atividades na Educação Infantil diminuindo seu tempo para a prática dos registros nos relatórios o

que muitas vezes não acontece diariamente ao final da aula, mas uma vez por semana.

Segundo Sacristán (1998), geralmente, “os conteúdos, por vias diversas, são moldados, decididos, selecionados e ordenados fora da instituição escolar, das aulas, das escolas e à margem dos professores/as” (p. 121). A professora, mesmo ressaltando o excesso de conteúdos no currículo, reconhece a importância do relatório na Educação Infantil como instrumento de avaliação.

Percebe-se nas respostas das entrevistadas que os registros servem como subsídio para melhor compreender como as crianças estão se desenvolvendo e que os(as) professores(as) se utilizam destes para anotar suas impressões, os acontecimentos, como as crianças interagem e se envolvem nas atividades.

Sobre como a avaliação reflete no processo de aprendizagem e no desenvolvimento da criança, a professora Ana acha:

“que é um subsídio de continuação, porque quando eu pego a avaliação de uma criança, eu posso fazer uma continuação dali pra frente. Enquanto que, se eu não sei o que a criança sabe, se ela sabe escrever, se ela já sabe ler, se ela já assimilou o que ela fala, se ela fala bem, eu vou ter que fazer todo um trabalho de diagnóstico dessa criança, então eu demoro mais. E se você também não fizer esse trabalho com a criança [...] tu não sabes o que aprendeu ou não, tu não sabes o que ela tem que desenvolver, porque cada ser é um ser, cada criança é uma criança, por mais que todas tenham quatro anos aqui, uma sabe fazer isso, outra saber fazer aquilo, uma sabe falar, outra nem tanto, então, tem uma importância muito grande.”

Para Libâneo (2013), é durante o processo de transmissão e assimilação que é realizado o acompanhamento do progresso dos alunos, observando os resultados, corrigindo as falhas, esclarecendo as dúvidas e estimulando-os a alcançarem os objetivos, ou seja, a avaliação contribui para fornecer ao professor informações se sua prática favorece o desenvolvimento de aprendizagem significativa das crianças e que caso contrário, deve propor mudanças para que seja oferecido o melhor para elas.

Para a professora Bárbara, isso reflete em como:

“o professor consegue perceber as dificuldades de cada criança e a partir daí, criar novas estratégias para o melhor rendimento da criança” e, caso a criança não consiga alcançar os objetivos, ela completa dizendo que “é feita uma reavaliação dos conteúdos trabalhados, das dificuldades trabalhadas e são montadas novas estratégias para que essa criança alcance esses objetivos.”

Do mesmo modo, para a professora Cristina, a avaliação é

“como um instrumento pra desenvolver o aprendizado deles. A avaliação é feita pelo parecer, desenvolvimento emocional e o aprendizado deles. Aí dali, por exemplo, se tiver algum problema a gente chama a família, aqui eles são bem receptivos, os pais, aí tu observa quem vem uma mudança de lá, porque assim, eles só passam quatro horas aqui né, então a gente não pode fazer tudo sozinho. O problema é que na escola, se abarca tudo, pegamos tudo e tem a responsabilidade dos pais. Aqui na sala, é pra trabalhar só a parte de conteúdo, a gente acaba trabalhando todo o conjunto porque tem dificuldade em casa. Eu vejo que a falha do sistema é essa, que colocaram uma proposta onde tudo fica em cima do professor, e na minha opinião, isso deveria mudar, deveria colocar mais responsabilidade para a família.”

Libâneo (2013) acredita que

Cumprindo sua função didática, a avaliação contribui para a assimilação e fixação, pois a correção dos erros cometidos possibilita o aprimorando, a ampliação e o aprofundamento de conhecimentos e habilidades e, desta forma, o desenvolvimento das capacidades cognitivas (p.196).

A avaliação tem a função de diagnóstico, pois além de permitir que a(o) professor(a) reflita sobre a atuação dela na sala de aula, permite também identificar os progressos e as dificuldades das crianças ao longo do ano, para que seja no bimestre, no trimestre ou no final do ano possa avaliar os resultados da aprendizagem.

Quando o aluno não alcança os objetivos, o que a professora Cristina procura fazer:

“é mudar a metodologia e mudar algumas atividades de acordo com o que eles conseguem alcançar, porque nenhuma criança é igual. Aqui na sala tem criança que reconhece o “A”, reconhece as letras, mas tem outras que não, então a gente tem que não comparar, mas fazer atividades que eles consigam alcançar, esperar que, como é Educação Infantil, esperar o tempo deles de amadurecimento E depende também muito do desenvolvimento familiar, da família que acompanha, tu ver melhor resultado, se eles ajudam.”

Para Hoffmann (2003)

Nessa dimensão educativa, os erros, as dúvidas dos alunos, são considerados como episódios altamente significativos e impulsionadores da ação educativa. Permitem ao professor observar e investigar como o aluno se posiciona diante do mundo ao construir suas verdades. Nessa dimensão, avaliar é dinamizar oportunidades de auto-reflexão, num acompanhamento permanente do professor que incitará o aluno a novas questões a partir de respostas formuladas (p.18).

Assim, o(a) professor(a) de Educação Infantil precisa ter em mente a concepção de criança como sujeito histórico, que nas suas interações e práticas cotidianas é sujeito de seu próprio desenvolvimento e que carrega consigo conhecimentos prévios, para então compreender suas ações e posicionamentos diante das experiências que devem ser oportunizadas de forma dinâmica.

Para a mãe Antônia, a avaliação reflete no processo de aprendizagem e no desenvolvimento da criança de modo a desvelar o que foi desenvolvido ou não. E caso o seu filho não alcance os objetivos da aprendizagem *“a escola chama os pais para conversar e orientar no que a família pode ajudar, e a professora passa outras atividades diferenciadas”*.

A mãe Bruna relatou que:

“tudo o que acontece, digamos assim, ela (a professora) me informa, eu fico me informando com ela sempre, não preciso tá o tempo todo sempre em reunião né, como ela sabe, eu sempre tô perguntando, como ela tá, se ela fez algo errado, se ela não fez, [...] então eu acho ótimo o comportamento dela, a atitude da professora, ela é uma excelente professora.”

Do mesmo modo acontece quando sua filha não alcança os objetivos da aprendizagem, a mãe relatou que a professora chama pra conversar:

“ela tem, digamos assim, uma dificuldade de identificar as figuras, no caso, eu sempre venho trabalhando com ela [...] e quando tem dificuldade a professora passa alguma outra atividade, e eu sempre ajudo como posso em cada, porque a gente tem que ajudar a professora também, é em conjunto.”

Relatou ainda que ela precisa se dividir por ter que dar atenção também a outra filha, mas que sempre está atenta ao acompanhamento da filha maior na Escola.

A mãe Carla, diz que a avaliação *“reflete de forma positiva”*, pois auxilia a professora a acompanhar como a filha está na escola, sempre informando quando ela apresenta alguma dificuldade ou não está se comportando bem e que caso isso ocorra, *“ela chama pra conversar, ou às vezes nas reuniões ela fala como a filha está, e auxilia a gente a ajuda-la”*.

Constatou-se no decorrer da pesquisa de campo a importância da contribuição da família no desenvolvimento da criança e, conseqüentemente, no seu rendimento na escola, razão pela qual abordaremos a seguir os reflexos da parceria família e escola.

3.2 A relação família e escola no Processo de Avaliação na Educação Infantil

A relação família e escola enfrenta desafios em relação ao papel e a responsabilidade que cada uma delas tem na formação da criança, tendo em vista que a educação é bastante ampla para se limitar a ficar na mão de apenas uma delas, ambas tem papéis diferentes, mas são complementares para o desempenho significativo da aprendizagem e para o desenvolvimento das crianças.

A família é o primeiro lugar de convívio da criança, sendo assim é a primeira instituição educadora, onde ela aprenderá a falar as primeiras palavras, a dar os

primeiros passos, a interagir e a se expressar com as pessoas ao seu redor, além de aprender sobre os valores morais e sociais.

A escola é umas das mais importantes instituições sociais, aonde as crianças vão se desenvolver integralmente através de atividades diferenciadas, além de ser um espaço de interação e expressão social, podendo conhecer e entrar em contato com diferentes culturas, e aprender também sobre valores morais, sociais e éticos, tornando-a segundo Bock (2008), humanizada, cultivada e socializada.

Desse modo, como afirma a Constituição Federal (1988),

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Assim, tanto a família quanto a escola são partes integrantes do desenvolvimento das crianças, assim também como a sociedade que se torna suporte, pois interfere na convivência das crianças enquanto cidadãos.

Diante disto, na realização da entrevista realizada com os pais, foi visto o que pensam os pais a respeito dessa relação e a necessidade de se refletir sobre, o que percebemos certo consenso nas respostas:

Para a mãe Antônia, *“a escola ajuda a família a educar [...] as duas caminham juntas para a formação cidadã dos alunos”*.

Diante desta fala, como afirma Dessen e Polonia (2007, p.29), a família não é o único contexto em que a criança tem oportunidade de experienciar e ampliar seu repertório como sujeito de aprendizagem e desenvolvimento, ou seja, ambas contribuem para a formação das crianças e devem atuar juntas visando a melhoria da criança.

Para a mãe Bruna,

“é ótima a parceria entre família e escola, porque assim não vai um tanto só pra escola, mas também a família tem que tá no meio pra desenvolver, tanto a vida da criança, como também a professora que tá no dia a dia dela né, então pra mim é muito bom a parceria.”

Para a mãe Carla, ela exemplifica que quando a filha leva um trabalho pra casa que às vezes não sabe como fazer, aí ela ou o pai ensina, o que para ela “é

importante por causa do auxílio né, que uma pode ajudar a outra, tanto a família como a escola”.

Para Macedo (1994),

A função da escola, analogamente à familiar, é criar um contexto entre seus membros (administradores, orientadores, professores e alunos) que podemos chamar de contexto de aprendizagem onde se observam interações instrutivas cujo resultado é o aumento da competência dos estudantes para com o seu desenvolvimento (p. 196).

Assim, cabe à escola propiciar oportunidades de dialogar com os pais sobre as dificuldades e progressos das crianças, os objetivos para as próximas etapas de atividades escolares e cabe aos pais reconhecer que escola e família devem ser aliados e não oponentes na educação de seus filhos, o que é essencial para que possam trabalhar em conjunto e estejam comprometidos com o desenvolvimento de cada criança e, conseqüentemente, com o processo de avaliação adotado na Educação Infantil.

3.3 Avaliação na Educação Infantil: Velhas Práticas ou Novos Caminhos

Pensar a avaliação é pensar na prática do professor na sala de aula, pois a avaliação é essencial à docência, é pensar se essa avaliação contribui para melhor acompanhar a aprendizagem e o desenvolvimento do aluno.

Na Educação Infantil, é preciso ter clareza da especificidade que a avaliação apresenta, do acompanhamento e registro do que as crianças apresentam cotidianamente, de suas peculiaridades e diferenças na vivência de situações do dia a dia. Desse modo, se faz necessário pensar sobre os desafios e as perspectivas da avaliação, para que se possa refletir sobre as dificuldades a serem enfrentadas.

Sobre os desafios, a professora Ana relata que:

“se nós da educação pública tivéssemos estrutura melhor, tudo seria melhor, o ensino e a aprendizagem seriam melhores, porque nós não temos nem um livro, então isso é um desafio pra gente pra desenvolver a criança [...] Aí a gente luta por uma apostila, é um sacrifício imenso no início do ano [...] por exemplo, o material escolar, o material que eu tenho no meu armário foi material que os pais trouxeram, então só eu tenho aí o que os pais puderam trazer pra mim, não tem mais

material na escola, não tem papel. A gente começa o ano, não tem uma folha de papel pra gente, aí tu imagina, a escola sem papel, como é que a gente imagina uma escola sem papel, então essa parte de estrutura, dos recursos didáticos, dos materiais didáticos, isso é um grande desafio pra gente.”

Ainda que substituído pelas Diretrizes, o Referencial Curricular para a Educação Infantil (1998), os recursos didáticos são materiais utilizados pelo(a) professor(a) para auxiliar a ação das crianças, facilitando também o trabalho docente no processo de ensino e aprendizagem. Em contrapartida, diante da fala da professora, percebe-se que a falta desses materiais é um desafio a ser superado todos os dias, pois ela precisa usar o que tem disponível para realizar as atividades com as crianças.

Sobre as perspectivas,

“a educação infantil é muito esquecida, ela é esquecida pelo Governo Federal, há poucos anos agora, eles começaram a pensar um pouquinho mais na educação, tanto que, a partir, parece que do ano que vem, está tendo reuniões esse ano pra escolher um livro pra educação infantil, só que o livro não é pra criança, o livro, é para o professor, como um subsídio, como apoio para o professor [...] por mais que a gente pense assim, poxa, por que para o professor, mas já é um começo, porque se já vem para o professor com um apoio, como um direcionamento pra gente [...] como você vai trabalhar, o que você vai trabalhar, pra não ficar solto esse trabalho [...] então já é um início, daqui a pouco eles vão começar a pensar no livro pra criança da educação infantil, é o que gente espera, então essa é uma boa perspectiva no momento pra gente, que vai os ajudar no processo de avaliação e ensino de aprendizagem no final que é o que a gente conta, que é o rendimento da criança.”

Para a professora Bárbara, “avaliar o processo de ensino-aprendizagem não é fácil, ainda mais quando se tem vinte crianças, uma diferente da outra e o professor é um só nessa tarefa”.

A professora Cristina diz que

“o desafio é que a gente não tem tempo pra planejar, porque trabalho quatro horas aqui, e não tem um momento, todas as atividades tem que levar pra casa, porque não tem um momento pra te refletir sobre aquilo que tu tá fazendo e aprimorar, para trazer uma qualidade melhor, além de não ter instrumentos pra isso. E assim, as perspectivas que eu queria era que mudasse a forma de observar como é passada a proposta da educação infantil. Às vezes assim, tu tem que fazer, algum projeto, alguma coisa, mas não te dão nem tempo, nem material, recurso mesmo pra isso aí tu faz o que dá. Quero tempo pra avaliar as propostas, os instrumentos, mas é tudo corrido.”

Coroacy (1972, p.79 apud DALMÁS, 1994) diz que o planejamento é um processo que se preocupa com para onde ir e como chegar lá, ou seja, deve proporcionar meios que possam levar a tomada de decisões corretas para atender as necessidades das crianças.

Nesse sentido, e no que pude vivenciar durante o estágio III, a escola apresenta uma gestão em que as professoras devem cumprir aquilo que lhes é passado, não havendo uma decisão colaborativa e compartilhada, e que nos dias de planejamento e elaboração dos relatórios é realizada uma reunião durante a manhã toda, assim, todo o trabalho que deveria ser realizado na escola é mandado para fazer em casa, o que dificulta na elaboração, pois bem como relataram algumas professoras, fora da escola elas têm outras obrigações.

Em contrapartida, percebe-se que as professoras fazem o possível para propiciar os melhores meios que efetivem a aprendizagem e o desenvolvimento significativo de cada criança. Assim, a avaliação pode contribuir para o desenvolvimento integral da criança, desde que, através desta, o(a) professor(a) potencialize a ação da criança e fortaleça sua autoestima, construindo assim, uma representação positiva de si mesmo que ajude em seu percurso escolar.

Luckesi (2005) menciona que o educador que estiver afeito a dar um novo encaminhamento para a prática da avaliação escolar deverá estar preocupado em redefinir ou em definir propriamente os rumos da sua ação pedagógica, ou seja, o(a) professor(a) precisa ter domínio da sua prática para promover às crianças um desenvolvimento satisfatório.

A avaliação é parte integrante e peça chave do processo de ensino/aprendizagem e desde muito tempo tem sido associada a objetivos de valor,

ao ato classificatório, a preparação de provas, exames, memorização e transmissão de conteúdos, práticas comuns na Educação Básica que não se aplica nos dias atuais à Educação Infantil.

Para a mãe Antônia, a avaliação na sua época de estudante era feita através de trabalhos, testes e provas onde a média era 7,0. Disse ainda que o que mudou para os dias atuais é o fato que *“a avaliação ficou mais simples, por um lado é simples, mas por outro são mais aspectos a serem avaliados, não é só os que os livros ensinam”*.

A mãe Bruna relatou que:

“era complicado né, porque no caso dela quando chega uma atividade em casa, ela (a filha) não entende, aí eu tenho que explicar, mas na idade dela, pra mim era um pouco difícil, porque assim, meus pais estavam no tempo da separação, aí ficava muito ruim pro desenvolvimento do meu estudo né, então foi um pouco difícil no meu caso.”

Em relação ao que mudou, a mãe disse que:

“o que não pude ter, uma avaliação correta no meu tempo, eu posso agora avaliar a da minha filha, eu posso dar todo o apoio que ela precisar de mim, se ela tá precisando que eu possa fazer uma atividade com ela, eu vou lá, ensino, ela não entendendo, as vezes eu também não tô entendendo vou lá com professora.”

Para a mãe Carla, a avaliação *“era ótima, era com prova, a gente copiava às vezes as questões no caderno e ia respondendo”*. Sobre o que mudou, ela disse que hoje ver uma avaliação pra acompanhar o desenvolvimento da criança, que segundo Perrenoud (1999), no novo paradigma, a avaliação é vista como um processo mediador na construção do currículo estando relacionada à aprendizagem das crianças

Atualmente, com novos modelos de avaliação baseados nos instrumentos já citados acima como registros e relatórios, os(as) professores(as) da Educação Infantil precisam ter o cuidado para não terem uma prática autoritária na sala de aula, e não reter as ações das crianças, pois limita o processo de ensino e aprendizagem e desenvolvimento das crianças.

Para Vasconcellos (2000 apud. OLIVEIRA, 2007) o que importa é a avaliação realizada durante o processo quando o(a) professor(a) pode acompanhar a construção do conhecimento das crianças. Desse modo, a avaliação assume um caráter formativo, pois ajuda e colabora para a criança aprender a se desenvolver melhor regulando as aprendizagens e o desenvolvimento.

A avaliação precisa estar então, à serviço das aprendizagens, onde o(a) professor(a) observe e intervenha pedagogicamente para a transformação das crianças possibilitando-as mostrar os seus conhecimentos, o que aprendeu e estando o(a) professor(a) atento(a) a superação do autoritarismo e estabelecendo a autonomia do aluno, respeitando suas ideias e vivências.

Nesta perspectiva, na avaliação da Educação Infantil e nas demais modalidades de ensino o erro deve ser considerado construtivo, onde o(a) professor(a) criará situações de reflexão para a criança. Para tanto, precisa ser contínua e estar integrada ao processo de aprendizagem, para atuar como uma prática mediadora, onde há uma aproximação entre aluno e professor(a) que buscará meios e estratégias que ajudem os alunos nas dificuldades.

Segundo Luckesi (2005), reconhecendo a origem e a constituição de um erro, podemos superá-lo com benefícios significativos para o crescimento. Deste modo o erro é suporte para a auto compreensão tanto do aluno, como do(a) professor(a) e dos pais se tornando dinâmico e possibilitando reorientar e avançar no crescimento das crianças garantindo uma aprendizagem significativa.

O autor completa ainda dizendo que

...é preciso compreendê-la e realizá-la comprometida como uma concepção pedagógica. No caso, consideramos que ela deve estar comprometida com uma proposta pedagógica histórico-crítica, uma vez que esta concepção está preocupada com a perspectiva de que o educando deverá apropriar-se criticamente de conhecimentos e habilidades necessárias à sua realização como sujeito crítico dentro desta sociedade que se caracteriza pelo modo capitalista de produção (pag. 82).

Observa-se que a avaliação deverá ser usada como instrumento de compreensão do estágio de aprendizagem da criança, para que diante das dificuldades, possa, escola e família buscar as decisões corretas e avançar no que for necessário, tornando-a instrumento auxiliar do desenvolvimento e da aprendizagem da criança.

Nesta perspectiva, a avaliação encaminha-se a um processo dialógico e cooperativo, onde professor(a), aluno e, no caso da Educação Infantil até os pais aprendem, tornando-a assim uma avaliação construtiva e mediadora.

Martins (1980 apud HOFFMANN, 2003) diz que no ato próprio da avaliação,

... o que deveria estar presente no paradigma de avaliação do aluno e do professor, como indivíduos humanos, é que a essência do relacionamento fosse sempre um encontro em que ambos os participantes se modificassem. Todavia, a avaliação, compreendida como julgamento, considera apenas as modificações que se produzem de um lado – o do aluno.

Desse modo, a avaliação como perspectiva mediadora propicia oportunidades de enriquecer a construção de conhecimento das crianças, desenvolvendo o seu potencial, sem limitá-la a conceitos pré ou estabelecidos pelos(as) professores(as), propondo assim, uma ação reflexiva.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) contextualiza a Educação Infantil como início e fundamento do processo educacional, e que a entrada na creche ou pré-escola significa a separação das crianças dos seus vínculos afetivos estritamente familiares, mas que ao recebê-las a escola deve acolher suas vivências e conhecimentos já construídos para articulá-los nas propostas pedagógicas consolidando novas aprendizagens.

As experiências das crianças através das interações e brincadeiras na família e na escola contribuem para novas aprendizagens no seu desenvolvimento integral. Estas ações experienciadas devem ser acompanhadas e registradas pelo(a) professor(a), através, segundo a BNCC de relatórios, portfólios, fotografias, desenhos e textos, para evidenciar a progressão ocorrida, sem intenção de seleção, promoção ou classificação de crianças em “aptas” e “não aptas”, “prontas” ou “não prontas”, “maduras” ou “imaturas”. Trata-se de reunir elementos para reorganizar tempos, espaços e situações que garantam os direitos de aprendizagem de todas as crianças.

Percebe-se, entretanto, que mesmo com novos paradigmas de educação e de avaliação, não se pode generalizar, pois encontra-se muitas experiências de sucesso inovadoras na práxis educativa da Educação Infantil, mas é certo que, infelizmente também ainda prevalece velhas práticas tanto na docência quanto no processo de avaliação.

Esta pesquisa contribuiu para despertar o desejo de aprofundar conhecimentos sobre esta temática, portanto, espera-se também que novos estudos, descobertas e o advento de orientações do Ministério da Educação, das Universidades e/ou de seus pesquisadores contribuam para que a criança seja avaliada de modo que a avaliação contribua para o seu desenvolvimento integral e sua aprendizagem na Educação Infantil.

CONSIDERAÇÕES CONCLUSIVAS

Esta pesquisa teve como objetivo refletir como a avaliação pode contribuir para o desenvolvimento e a aprendizagem da criança de Educação Infantil, considerando a subjetividade de cada uma, e partindo disto, fez-se necessário refletir aspectos históricos do processo avaliativo, assim como a legislação de ensino da Educação Infantil e a prática do(a) professor(a) contemplando como se dá o currículo e os instrumentos utilizados.

A Educação Infantil é a primeira etapa da educação básica, tendo como finalidade a aprendizagem e o desenvolvimento integral da criança em todos os seus aspectos e no modo como vivenciam o mundo, constroem seus conhecimentos, se expressam e interagem umas com as outras.

Desse modo, avaliar na Educação Infantil consiste em compreender a especificidade desta modalidade de ensino, pois ela deve acompanhar e registrar como as crianças se desenvolvem para desvelar as aprendizagens, sem a retenção na dinamização do processo de conhecimento e desenvolvimento moral e intelectual da criança e sem o objetivo de selecionar, promover ou classificar.

Para tanto, o(a) professor(a) precisa pensar a criança como sujeito histórico, crítico, criativo e participativo, que nas interações do cotidiano da sala de aula constrói sua identidade, sua autonomia e seus conhecimentos, e a partir disso fazer uma constante observação diante das situações de aprendizagens que a elas forem oferecidas. É importante que sejam aprendizagens enriquecedoras que despertem o interesse por experiências prazerosas e novas descobertas a partir de seus contextos e necessidades, contribuindo assim para o seu desenvolvimento.

No processo educativo, é importante que estas ações tenham como função a observação, o acompanhamento e o registro para orientar todo o processo pedagógico, envolvendo não só a criança, mas os(as) professores(as), a escola e a família, visando uma melhoria na ação educativa.

É necessário pensar em instrumentos que atendam às especificidades da aprendizagem infantil, utilizando principalmente o registro como forma de acompanhar o processo de desenvolvimento e aprendizagem da criança.

A avaliação na Educação Infantil precisa ser contínua e estar integrada ao processo de aprendizagem, para atuar como uma prática mediadora, onde há uma

aproximação entre aluno, professor(a) e pais que buscarão meios e estratégias para despertar o potencial das crianças e para ajuda-las em suas dificuldades.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Irecê. **Tempo de Aprender**: uma abordagem psicopedagógica sobre as dificuldades e transtornos da aprendizagem. Manaus: BK Editora, 2005.

BOCK, Ana Mercês Bahia. **Psicologias**: uma introdução ao estudo de psicologia. 14ª edição. São Paulo: Saraiva, 2008.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF, 2016. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/#/site/inicio>. Acesso em: 10 de outubro de 2018.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais pra a Educação Infantil**. Brasília: MEC, SEB, 2010.

BRASIL, **LDB 9394/96**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação, de 23 de dezembro de 1996.

BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998. Vol. 1.

BUJES, Maria Isabel E. & HOFFMAN, Jussara M. L. A creche à espera do pedagógico. **Perspectivas**. Florianópolis. V.9, n.16, p. 112-131, jan/dez. 1991. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/download/9130/10682>. Acesso em: 10 de outubro de 2018.

CASTRO, Rubens da Silva (coord.). **Avaliação Educacional**. Universidade do Estado do Amazonas. PROFORMAR. Manaus, 2006.

CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1998.

DÁLMAS, Angelo. **Planejamento Partipativo na Escola**: elaboração, acompanhamento e avaliação. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

DEPRESBITERIS, Léa. **O desafio da avaliação da aprendizagem**: dos fundamentos a uma proposta inovadora. São Paulo: EPU, 1989.

DESSEN, Maria Auxiliadora e POLONIA, Ana da Costa. **A Família e a Escola como contextos de desenvolvimento humano**. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/paideia/v17n36/v17n36a03.pdf>. Acesso em: 20 de outubro de 2018.

GRAY, David E. **Pesquisa no Mundo Real**. Tradução: Roberto Cataldo Costa. 2ª ed. Porto Alegre: Penso, 2012.

HOFFMANN, Jussara. **Avaliação na pré-escola**: um olhar sensível e reflexivo sobre a criança. 11 ed. Porto Alegre: Mediação, 2003.

_____. **Avaliação: Mito e Desafio: uma perspectiva construtivista.** Porto Alegre. Mediação, 2005.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática.** 2ed. – São Paulo: Cortez, 2013.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da Aprendizagem Escolar.** – 16 ed. – São Paulo: Cortez, 2005.

_____. **Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições.** 22. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas.** São Paulo: EPU, 1986.

MACEDO, Rosa Maria. A família diante das dificuldades escolares dos filhos. IN: OLIVEIRA, Vera Barros de e BOSSA, Nádia A. (orgs.). **Avaliação psicopedagógica da criança de 0 a 6 anos.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

MONTEIRO, Silas Borges. **Epistemologia da prática: o professor reflexivo e a pesquisa colaborativa.** In: GHEDIN, Evandro e PIMENTA, Selma. O professor reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito. São Paulo. Cortez. 2002.

NASCIMENTO, A. M. **Currículo e práticas pedagógicas na educação infantil.** Revista Criança do Professor de Educação Infantil. Brasília, n. 43, p. 14-17, ago. 2007.

OLIVEIRA, Meire Terezinha Silva Botelho de (cord.). **Teoria e prática da educação infantil.** Universidade do Estado do Amazonas. PROFORMAR. Manaus: UEA Edições, 2007.

OLIVEIRA, Vera Barros de. BOSSA, Nádia A. (orgs.). **Avaliação psicopedagógica da criança de 0 a 6 anos.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1994

PERRENOUD, Phillippe. **Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens – entre duas lógicas.** Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 2000. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/pne.pdf>. Acesso em: 10 de outubro de 2018.

SACRISTÁN, J. Gimeno. **Compreender e transformar o ensino** / J. Gimeno Sacristán e A. I. Pérez Gómez; tradução Ernani F. da Fonseca Rosa – 4. Ed. – Artmed, 1998.

SANT'ANNA, Ilza Martins. **Por que avaliar?: como avaliar?: critérios e instrumentos.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

SILVA, Edileuza Fernandes. **As práticas pedagógicas de professores da educação básica: entre a imitação e a criação.** In: VEIGA, I. P. A; SILVA, Edileuza Fernandes (orgs.). A escola mudou. Que mude a formação de professores! Campinas, SP. Papyrus, 2010.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva, 1928 – **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Altas, 1987.

UEA/PROFORMAR. **Psicologia da educação**. 1.3. ed. Manaus, 2005.

VIANNA, Heraldo Marelim. **Avaliação Educacional**: Algumas ideias precursoras. Do Departamento de Seleção de Recursos Humanos da Fundação Carlos Chaga, 1982. Disponível em: <http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/es/artigos/52.pdf>. Acesso em: 10 de setembro de 2018.

ZABALA, Antoni. **A prática educativa: como ensinar**. Porto Alegre: Artmed, 1998.

ANEXO A

Prezado professor, sou acadêmica finalista do curso de Pedagogia da Universidade do Estado do Amazonas, e solicito sua atenção em responder a entrevista semiestruturada abaixo. O objetivo do trabalho monográfico é compreender como a avaliação pode colaborar para a aprendizagem na Educação Infantil, considerando a subjetividade da criança. Agradeço sua participação!

Atenciosamente,
Thais Nogueira de Jesus Teixeira

1. Formação:

- Magistério
 Ensino Superior Incompleto
 Ensino Superior Completo
 Especialização Lato Sensu
 Especialização Stricto Sensu Qual? Mestrado Doutorado

2. Tempo de atuação na docência:

- Menos de 01 ano
 De 01 a 05 anos
 De 05 a 10 anos
 De 10 a 15 anos
 Mais de 15 anos

3. Sua concepção de avaliação é?

- Diagnóstica
 Formativa
 Somativa

4. Quando a avaliação é realizada?

- Diariamente Bimestralmente
 Semanalmente Trimestralmente

() Quinzenalmente

() Semestralmente

() Mensalmente

5. Quais os instrumentos e critérios que você utiliza na sua prática docente?

INSTRUMENTOS	CRITÉRIOS

6. Qual a importância da avaliação na Educação Infantil?

7. Você utiliza os registros como subsídios da avaliação na Educação Infantil? De que modo?

8. Como a avaliação reflete no processo de aprendizagem e no desenvolvimento da criança?

9. O que é feito quando o aluno não alcança os objetivos de aprendizagem?

10. Quais os desafios e perspectivas da avaliação no processo de ensino-aprendizagem?

ANEXO B

Prezado pai/mãe/responsável, sou acadêmica finalista do curso de Pedagogia da Universidade do Estado do Amazonas, e solicito sua atenção em responder a entrevista semiestruturada abaixo. O objetivo do trabalho monográfico é compreender como a avaliação pode colaborar para a aprendizagem na Educação Infantil, considerando a subjetividade da criança. Agradeço sua participação!

Atenciosamente,
Thais Nogueira de Jesus Teixeira

1. Formação:

- Ensino Fundamental Incompleto
- Ensino Fundamental Completo
- Ensino Médio Incompleto
- Ensino Médio Completo
- Magistério
- Ensino Superior Incompleto
- Ensino Superior Completo
- Especialização Lato Sensu
- Especialização Stricto Sensu Qual? Mestrado Doutorado

2. Quantos filhos você tem?

- Um
- Dois
- Três
- Mais de três

3. Para você, qual a importância da parceria Escola e Família?

4. Como era a avaliação na sua época de estudante?

5. O que mudou na avaliação dos seus tempos de estudante para os dias atuais, com os seus filhos?

6. Qual a importância da avaliação na Educação Infantil?

7. Como a avaliação reflete no processo de aprendizagem e no desenvolvimento da criança?

8. O que é feito quando o aluno não alcança os objetivos de aprendizagem?
